

OLISIP

BOLETIM DO
GRUPO

"AMIGOS DE
LISBOA"



ANO IX
N.º 35

JULHO
1946



COURAÇA

TORNA OS DENTES BONITOS



AO PEDIR

ÁGUA MINERAL

PEÇA



LEVE, ESTOMACAL, LÍMPIDA

Efeitos imediatos na digestão

— À venda em toda a parte —

Telef. 2 0244 Teleg. PAPELCAR

Papelaria

CARLOS

de Carlos Ferreira, Lda.

34, RUA DO OURO, 38
LISBOA

Especialidade em livros para
ESCRITURAÇÃO COMERCIAL

Grande sortido de artigos para
DESENHO E ESCRITÓRIO

Companhia Nacional de Navegação

EM 1881, há 65 anos,

a Empresa Nacional de Navegação

constituíu-se com dois vapores,
no total de 2.538 toneladas;

Em 1918, sucedeu-lhe a

Companhia Nacional de Navegação

que explora hoje cerca de 86 mil
toneladas e

Ao serviço do Império

leva o nome de Lisboa a todos os
mares do Mundo

OS PRODUTOS da

Companhia Portuguesa de Tabacos

SÃO OS PREFERIDOS
PELO FUMADOR EXIGENTE

PICADOS: «Superior», «Francês»,
«Virgínia», «Duque», «Holandês» e
«Águia»

CHARUTOS: «Irene» e «Argonau-
tas»

Cigarrilhas

*Gámas, Avis, Diana, Legionários,
Delta, Eureka, Menta, Lusos, Pro-
visórias, Sporting, Navalistas, Ele-
gantes, Turquesas, Tip-Top, Tagus,
Sereias, Luzo, Sado, Argus, Ascs, Sagres, Chic,
Lisboa P, Peitoral*

SÃO MARCAS DA

Companhia Portuguesa de Tabacos

*Arrendatária das Fábricas
e marcas de Tabacos do Estado*

Empresa Insulana de Navegação

CARREIRAS REGULARES ENTRE LISBOA, MADEIRA E AÇORES

Saídas em 8 de cada mês para: Madeira, Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa (Santa Cruz), S. Jorge (Calheta), Pico (Lages) e Faial.

Saídas em 23 de cada mês para: Madeira, Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa (Praia), S. Jorge (Velas), Pico (Cais), Faial, Córvo e Flores (Lagens e Santa Cruz).

A escala da Ilha do Córvo só se efectua nos meses de Junho, Julho, Agosto e Outubro, tocando também o vapor naquele porto no mês de Fevereiro, só para troca de correspondência e serviços de passageiros.

A G E N T E S

EM LISBOA

GERMANO SERRÃO ARNAUD

Carga e passagens de 3.^a classe
Avenida 24 de Julho, 2, 2.^o
Telef. 20214/15

Passagens de 1.^a e 2.^a classe
Rua Augusta, 152
Telef. 20216

NO PORTO

J. T. PINTO VASCONCELOS, LIMITADA

Na Madeira
BLANDY BROTHERS & C.^o L.^{da}

Em Ponta Delgada
BENSAÚDE & C.^a, L.^{da}

ÂNGELO G. RAMALHEIRA

— ENGENHEIRO CIVIL —

CONSTRUÇÕES

PROJECTOS DE ESTABILIDADE
BETÃO ARMADO

Av. Oriental do Parque Eduardo VII, 14, r/c.-E.
TEL. 4 9313 — LISBOA

— e —
Rua Fonseca Cardoso, 20, 2.º
TEL. (provisório) 5150 — PORTO

Os «Amigos de Lisboa»,

Preferem, para os seus seguros, a

IMPÉRIO

Uma COMPANHIA DE SEGUROS que honra Lisboa

UM BOM LIVRO
UM BOM JORNAL

SÓ NA



MARCA REGISTRADA

COMPOSIÇÃO MECÂNICA



TRABALHOS GRÁFICOS
EM TODOS OS GÊNEROS



151, RUA DO SALITRE, 155 — LISBOA
T E L E F O N E P B X 5 3 1 7 3 / 4

Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa

S. A. R. L.

CAPITAL: 80.000.000\$00 • FUNDOS DE RESERVA: 64.800.000\$00

SEDE: 95, RUA DO COMÉRCIO, 119 — LISBOA

Filiais — Porto, Coimbra, Braga, Faro e Covilhã.

Agências — Abrantes, Estoril, Gouveia, S. João da Madeira, Santarém, Torres Novas, Manguálde, Torres Vedras, Tortozendo, Moura, Figueiró dos Vinhos, Matosinhos e Olhão.

Dependências urbanas (LISBOA) — Alcântara, Almirante Reis, Benfica, Conde Barão e Poço do Bispo.

EFFECTUA TODAS AS OPERAÇÕES BANCÁRIAS

EXPOSIÇÕES



GRÁFICOS

Recortes, letras em madeira e cortiça
Trabalhos de Carpintaria e Marceneria

Tel. 21483

◆ 42, RUA DA VINHA, 42-A

◆ LISBOA

Companhia Colonial de Navegação

Serviço de carga e passageiros

LINHA DA COSTA ORIENTAL

Saídas mensais, com escala por Funchal, S. Tomé, Sazaire, Luanda, Lobito, Moçâmedes, Lourenço Marques, Beira e Moçambique e para os demais portos da Costa Ocidental e Oriental, sujeito a baldeação.

LINHA DA COSTA OCIDENTAL

Saídas mensais, com escala por S. Tomé, Sazaire, Luanda e Lobito e mais portos da Costa Ocidental, sujeito a baldeação.

LINHA DA GUINÉ

Saídas mensais, com escala por Funchal, S. Vicente, Praia e Bissau.

LINHA DA AMÉRICA

para Filadélfia.

LINHA DO BRASIL

para Rio de Janeiro e Santos.

F R O T A

VAPORES DE PASSAGEIROS:

| | |
|----------------------|------------|
| «SERPA PINTO» | 8.267 ton. |
| «MOUSINHO» | 8.374 » |
| «COLONIAL» | 8.309 » |
| «JOÃO BELO» | 7.540 » |
| «GUINÉ» | 3.200 » |

VAPORES DE CARGA:

| | |
|-----------------------|------------|
| «LUGELA» | 8.340 ton. |
| «HUAMBO» | 7.060 » |
| «LUANGO» | 7.056 » |
| «PUNGUE» | 6.290 » |
| «BAILUNDO» | 5.650 » |
| «MALANGE» | 5.050 » |
| «LOBITO» | 4.200 » |
| «BUZI» | 2.160 » |
| «SENA» | 1.420 » |
| «MINCONDÓ» (costeiro) | 270 » |

ESCRITÓRIOS:

LISBOA

Rua do Instituto Virgílio Machado, 14
(à Rua da Alfândega)
Telefone 2 0052

PORTO

Rua Infante D. Henrique, 9
Telefone 2 324



Fácil de preparar, de sabor agradável, é um excelente reconstituente altamente nutritivo e de notável digestibilidade — O alimento ideal para colegas, desportistas, jovens, mães enfraquecidas, débeis, convalescentes e pessoas idosas.

N E S C A O
É UM PRODUTO NESTLÉ
A Marca Que Inspira Confiança

COMO CONVENCER
A VISITAR A

GALERIA A. MOLDER?

As nossas últimas aquisições merecem — em toda a parte do Mundo — ser classificadas como boas obras de ARTE !

Novos trabalhos de :

ALBERTO SOUZA
ALFREDO MORAIS
VARELA ALDEMIRA
CARLOS PINTO RAMOS
MARIO SALVADOR
MARIA ADELAIDE LIMA CRUZ
ATTILA MENDLY
etc, etc.

Por preços muito acessíveis, poderá V. Ex.^a adquirir lindos quadros para decorar a sua casa

VEJA

AS MAGNIFICAS AGUARELAS
do famoso pintor espanhol

ARMENGOL TERRES

GALERIA A. MOLDER

R. Primeiro de Dezembro, 101, 3.º

Telefone 21514

(POR CIMA DO DO CAFE RESTAURAÇÃO)

Últimas novidades literárias

REVOLTA DO SANGUE

por Francisco Costa

Mais um livro do autor de
«A Garça e a Serpente»,
Prémio Eça de Queiroz

— Preço 30\$00 —

O ÚLTIMO AMOR DE LUIS XI

por Alice de Oliveira

A consagrada autora da
«História Maravilhosa da
Rainha Astrid»

— Preço 30\$00 —

LUZ DO CORAÇÃO

por Maria de Figueiredo

— Preço 18\$00 —

Edições da Parceria António Maria Pereira // LISBOA

COMPANHIA ALCOBIA

Fornecedores dos melhores
e mais lindos mobiliários

CÓMODAS DE ESTILO — PORCE-
LANAS DE SAXE — ESPELHOS
DE VENEZA — CANDEEIROS
DE CRISTAL, DE FERRO FOR-
JADO E DE MADEIRA — TAPE-
ÇARIAS — MARQUISSETTES E
VOILES SUÍÇOS — CARPETES
DE LÃ

COMPANHIA ALCOBIA

R. Ivens, 14 (esquina da R. Capelo)

Telef. 26441

CAPTAÇÕES
DE ÁGUA
SUBTERRANEA



FUNDAÇÕES
DE TODOS
OS GÉNEROS

(Um quarto de século de especialização Técnica)

Empresa de Sondagens e Fundações

TEIXEIRA DUARTE, L.^{DA}

Rua da Bêtesga, 57, 3.º, Esq.

LISBOA

CASA AFRICANA

Rua Augusta, 161/Telef. 2 4264-65 P. B. X./LISBOA
Rua Sá da Bandeira, 166/Telef. 1361 P. B. X./PORTO

Secções de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria, Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para

HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

Preços fixos e marcados em todos os artigos
ON PARLE FRANÇAIS ENGLISH SPOKEN

Oferta

27. JUL. 1988

M.

ANO IX

JULHO DE 1946

NÚMERO 85

OLISIPO

DIRECTOR: MATOS SEQUEIRA

EDITOR: FRANCISCO VALENÇA

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

— REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA GARRETT, 62, 2.º — TELEFONE 25711 —
COMP. E IMP. NA «EDITORIAL IMPÉRIO, LIMITADA»-R. DO SALITRE, 153-TELEF 53173-LISBOA

SUMÁRIO



- O PROBLEMA HOSPITALAR, tese de *Dr. Alberto Mac-Bride*
- A «LISBOA DE ONTEM E DE HOJE» DO SR. ROCHA MARTINS, por *Mário de Sampayo Ribeiro, Luís Pastor de Macedo e outros*
- AS IMAGENS E OS PAINÉIS DE S. DOMINGOS DE BENFICA, por *Cruz Cerqueira*
- HISTÓRIA DE UMA CASA POMBALINA, por *José de Campos e Souza*
- 1.ª CONFERENCIA BIENAL DOS «AMIGOS DE LISBOA»
- DON AFONSO HENRIQUES E A NOSSA SENHORA DA ENFERMARIA, tese apresentada pelo *Prof. Costa Sacadura*
- SUPERPOPULAÇÃO DE LISBOA, tese apresentada pelo *General Raul Esteves*
- JARDINS ESPECIAIS DE LISBOA: INFANTIS, OPERÁRIOS E DOS CEMITÉRIOS, tese apresentada pelo *Dr. Manuel Vicente Moreira*

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A TODOS OS SÓCIOS
OS ARTIGOS AQUI PUBLICADOS SÃO DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES

MEMORANDUM

TO : [Illegible]

FROM : [Illegible]

SUBJECT : [Illegible]



[Illegible text block containing the main body of the memorandum, including a description of the subject matter and any recommendations or actions taken.]

DATE : [Illegible]

BY : [Illegible]

O problema hospitalar em Lisboa

pelo Dr. ALBERTO MAC-BRIDE

Durante muitos séculos, foi o Hospital de Todos-os-Santos e depois o de S. José, que lhe sucedeu, o único estabelecimento a que exclusivamente incumbia a missão de hospitalizar doentes. Em tempos muito recentes, porém, essa velha tradição foi abandonada, por várias e pouco justificáveis razões. Actualmente a hospitalização em Lisboa encontra-se dispersa e sob a responsabilidade de várias instituições.

Pelo seu carácter especial, omite-se a apreciação da assistência aos alienados.

Verifica-se logo de início a inconveniência de cometer as funções de hospitalização a vários organismos independentes, sem ligações e sem coordenação nas suas actividades e o prejuízo da multiplicação de serviços, que uma mais ordenada organização tornaria dispensáveis. À escassez e exiguidade de recursos corresponde uma larga organização administrativa, em parte desnecessária, por ser repetida e dispendiosa.

Importaria, portanto, que de início se acordasse no princípio de que todos os hospitais ficassem directamente subordinados a uma única administração, órgão central, que regularia o seu funcionamento e teria por missão, depois do inventário dos seus recursos, proceder às reformas indispensáveis e promover a criação de novos hospitais, que satisfizessem aos modernos processos de assistência.

É curioso aludir à similitude da situação actual com a ocorrida no século XV, que obrigou o Rei D. João II a fundar o Hospital de Todos-os-Santos, incorporando nele, com todos os seus rendimentos, os numerosos hospitais que havia em Lisboa e seu termo.

A iniciativa do Rei frutificou, e ainda hoje, através das vicissitudes dos tempos, os Hospitais Cívicos não são mais do que a consequência directa da sua alta visão e produto da sua obra. O exemplo histórico serve ainda para confirmar o princípio: concentração de todos os hospitais sob uma direcção única.

Lutou-se sempre com falta de camas para ocorrer às necessidades da população, particularmente em épocas de epidemias, o que é natural, mas quase permanentemente nos períodos do rápido e progressivo aumento de habitantes, como nos últimos quartéis do século XIX e nos últimos anos do actual.

Seria elucidativo o estudo comparativo das curvas de crescimento da população e do número de camas à disposição do hospital. Dele se colheriam elementos reveladores da carência em que este sempre se encontrou, por falta de recursos, para cumprir a sua missão.

Foi um mal crónico e permanente a escassez de camas, para o qual os remédios foram sempre de pouco efeito, e geralmente ineficazes, por se tratar de medidas de ocasião exigidas em situações de apuro. A criação de quase todos os hospitais nasceu da necessidade de descongestionar o Hospital de S. José, com a sua lotação excedida e com uma incomportável acumulação de doentes. A urgência no encontro de solução para as dificuldades de momento obrigou ao aproveitamento de velhos edifícios, antigos conventos, com todos os inconvenientes de uma improvisada adaptação e sob um critério por vezes discutível.

Idêntica foi a origem da maioria dos Hospitais: a pressão das circunstâncias para acudir à aflitiva situação do Hospital de S. José, que já não podia comportar mais camas. Em semelhantes condições foram instalados os Hospitais do Desterro, Arroios e Santa Marta, incluindo-se também o Hospital do Rêgo. Nunca, porém, a instalação satisfazia, o que determinava sucessivas e dispendiosas obras de reparação e modificações constantes. Evidentemente que o sistema tem de ser abandonado e sirva o exemplo de erros passados para ensino em empreendimentos futuros.

Nunca existiu um plano geral para dotar a cidade de hospitais modernos, obedecendo aos princípios do grande movimento iniciado na Europa a partir de 1880.

Abre-se uma excepção para o Hospital de D. Estefânia, erecto por iniciativa do Rei D. Pedro V, e o único edifício que em quatro séculos foi edificado na cidade especialmente para Hospital.

Não se infira, porém, das precárias e por vezes angustiosas condições em que funcionaram, que não cumpriram bem a sua missão e não se olvide que foi neles que nasceu e se desenvolveu a prática e o ensino da clínica em Portugal. Mais larga e produtiva teria sido a sua acção se uma orientação administrativa mais previdente tivesse presidido aos seus destinos.

Ao rever a posição dos Hospitais de Lisboa, verifica-se que a antiga designação de Hospital de S. José e anexos era mais exacta do que a actual de Hospitais Cíveis de Lisboa, por exprimir melhor a estreita dependência em que todos os outros estão do Hospital de S. José. É este, pelas instalações e serviços que possui, o único Hospital com vida própria e com independência clínica. Faltam aos outros hospitais ainda elementos de uma completa autonomia, se bem que recentemente se tenham atenuado os inconvenientes de uma subordinação que os torna simples secções destacadas do Hospital de S. José.

Ainda há poucos anos o Hospital do Desterro não tinha cozinha e o de doenças infecto-contagiosas não possuía laboratório de análises!

Urge, assim, estabelecer as bases essenciais para a resolução do problema hospitalar, não só para remediar de momento a situação aflitiva provocada pela acumulação de doentes e pela impossibilidade de satisfazer o progressivo aumento de pedidos de admissão, mas sobretudo para tomar medidas orientadas por uma larga visão e pelo propósito de evitar soluções parcelares incompletas, de limitada eficácia e economicamente prejudiciais.

Para comodidade do estudo convém, por consequência, saber:

- 1.º — o que do existente pode ser aproveitado.
- 2.º — qual a lotação mínima suficiente para ocorrer às necessidades da cidade e dos doentes que a ela acodem.
- 3.º — qual o número de hospitais necessários.
- 4.º — cálculo das verbas necessárias para construção e manutenção.
- 5.º — quanto tempo demorará a efectivação do plano.
- 6.º — qual o órgão responsável pela sua execução e maneira como exercerá a sua actividade.

Num plano de tão vasto alcance seria de certo censurável a omissão das possibilidades de aproveitamento útil, quer sob o ponto de vista económico, quer sob o ponto de vista técnico e sanitário, dos edificios existentes ou dos terrenos onde estão construídos. Com o desejo de renovação não coincide a pretensão de destruir o antigo, susceptível de remodelação satisfatória e conveniente.

Pela sua magnífica situação, pela sua especial localização, pela área livre de que dispõe, susceptível de ampliação, e talvez pelas suas tradições, o edificio do Hospital de S. José, devidamente beneficiado, deverá ser conservado, com grandes modificações na sua disposição interior e diminuição correlativa da sua lotação. Justificam o propósito as conclusões de vários estudos realizados e dão-lhe valor confirmativo exemplos estrangeiros, que convém seguir. Nas grandes aglomerações urbanas chegou-se ao reconhecimento de ser indispensável a existência de um grande Hospital Geral, próximo do centro da cidade, cláusula a que excelentemente obedece o Hospital de S. José, erguido na falda da colina que separa os dois grandes vales por onde passam as duas correntes de maior movimento da cidade. Destinar-se-ia como até agora a ser a sede do posto central de socorros urgentes. Se bem haja que considerar uma importante redução na sua lotação, não será erro atribuir-lhe ainda uma capacidade para 600 a 700 camas.

O Hospital dos Capuchos, conjunto de vários edifícios desconexos distribuídos por uma extensa área pouco adequada para a utilização que lhe foi dada, seria demolido em grande parte, aproveitando-se o terreno para elevar uma construção inteiramente nova, suficiente para comportar 800 a 900 camas.

É inconveniente manter um Hospital com instalações tão dissemelhantes e dispersas, pelos prejuízos da sua administração forçosamente onerosa e elevado dispêndio a que obriga a sua manutenção, consequência da sua defeituosa organização.

A privilegiada situação do local, legitima o seu aproveitamento para um excelente hospital, que, conjuntamente com o de S. José, pela sua relativa proximidade, completaria um grupo hospitalar autónomo com uma capacidade para 1.500 a 1.600 camas.

Não se hesita em condenar os Hospitais de Arroios e do Desterro e difícil parece poder invocar-se razões na defesa da sua existência. Estão instalados em velhos conventos, antigas edificações sem uma zona envolvente de protecção, com enfermarias mal arejadas, de iluminação insuficiente, com uma situação desfavorável por muito próxima de vias públicas de grande movimento.

Ajunte-se ainda como motivo de condenação a sua reduzida lotação, respectivamente, 409 e 188 camas. O Hospital do Desterro, temporariamente, poderia subsistir, mas destinado exclusivamente a doentes atacados de doenças venéreas.

Para Arroios, com 188 camas e com as condições em que está, só uma solução há a propor: a sua extinção.

O Hospital do Rego foi criado em 1906, para internamento e isolamento de doentes sofrendo de moléstias infecto-contagiosas, as quais até então eram recolhidos, em péssimas condições, no Hospital de Arroios. Prosseguiu-se no antigo sistema de adaptações, com o aproveitamento de um antigo convento desocupado, com uma larga área e situado fora da cidade, longe de habitações, e cercado de terrenos rústicos. Hoje as condições modificaram-se: o Hospital encontra-se cercado de casas de habitação, num bairro já populoso, e sobejam-lhe todas as contra-indicações para o fim a que se destina. Ocupa um vale, onde há constantemente infiltrações; tem contíguos um quartel e uma escola, elementos excelentes para a propagação de doenças contagiosas.

No edifício antigo, convenientemente beneficiado, aloja-se a secção de tuberculose pulmonar. As salas são frias, desabrigadas, sem condições de conforto e algumas com janelas para a rua. Na cerca levantaram-se os pavilhões de isolamento, de uma construção muito ligeira, e que, para a sua conservação, obrigará a dispendiosas reparações.

A sua disposição interna está também sujeita a críticas, pela ausência de cuidado que houve em lhe dispensar o mínimo de comodidades e facilidades em serviços desta natureza. Agrava o quadro o facto de o Hospital se encontrar, em toda a sua extensão, encostado a uma linha férrea de grande circulação.

Conclui-se, por todas as razões, que o Hospital e cerca só têm um valor: o de serem alienáveis com grande proveito económico pela valorização obtida pelo terreno, situado no mais rico bairro da cidade.

Os lucros consideráveis da venda aplicar-se-iam à fundação de um outro hospital, segundo um plano inteiramente diferente e obedecendo a um critério mais consentâneo com as ideias modernas sobre instituições de carácter idêntico. A secção de tuberculose seria desanexada e dirigida para hospitais especiais, e o Hospital de doenças infecto-contagiosas teria anexo um serviço com a missão da preparação de sôros e vacinas. Os Hospitais Cíveis de Lisboa, além do Hospital de doenças infecto-contagiosas, ficariam enriquecidas com um Instituto Sôro-Terápico ou Vacino-Terápico, encarregado de lhe fornecer e ao público parte dos sôros e vacinas que hoje tem de ser adquirida no estrangeiro.

A sugestão não é original, porquanto em 1907, numa época em que as exigências da imunoterapia eram muito mais limitadas, chegou a estar nomeado o pessoal para um Instituto desta natureza.

Se bem que o Hospital tivesse de ser construído em local apropriado, convenientemente isolado, é indiferente a sua situação em relação com o perímetro da cidade, excepção feita de um acesso fácil.

Funcionam em edifícios que são propriedade dos Hospitais Cíveis o Hospital Escolar de Santa Marta e o Manicómio Bombarda. O primeiro é inteiramente independente da direcção dos Hospitais; o segundo esteve anexo até há pouco, apenas sob o ponto de vista administrativo, mas com completa autonomia clínica.

Num projecto de remodelação da hospitalização em Lisboa, é natural que a direcção dos Hospitais não deixe esquecer os direitos incontestáveis que tem aos dois edifícios.

Quando o primeiro lhe for restituído, ao ser abandonado pela Universidade, deveria ser aproveitado para o fim para que inicialmente foi criado: o tratamento de doentes atacados de doenças venéreas.

Comporta o Hospital 400 a 450 camas e, devidamente beneficiado, substituiria em parte o Hospital do Desterro.

Pela lei de assistência aos alienados, publicada em 1911, depois

de estar a funcionar o Hospital Júlio de Matos, o Hospital de Rilhafoles, denominado Manicómio Bombarda, passou a ser um asilo de alienados incuráveis.

A ignorância dos projectos da Câmara Municipal sobre os terrenos ocupados pelo Hospital de Rilhafoles, não consente que sobre ele se emita qualquer opinião, a não ser que o edificio se encontra nas mais detestáveis condições de hygiene.

Na revista dos edificios pertencentes aos Hospitais, só falta examinar as condições observadas na Maternidade Magalhães Coutinho. Ocupa o antigo Hospital de S. Lázaro, reconstruído em tempos segundo o modelo de uma clínica dermatológica. Devidamente reparado e augmentado, permaneceria como o serviço de obstetrícia do Hospital de S. José.

Guardou-se para o fim a apreciação das condições em que se encontra o edificio do Hospital D. Estefânia, que até há pouco era o único existente na cidade construído para Hospital. É um edificio muito bom, delineado segundo um plano, que ao fim de setenta anos se reconhece ser muito aceitável, sufficientemente conservado, erguendo-se dentro dum parque arborizado e dispondo de terreno que permite o alargamento das suas instalações. Está indicado para suprir uma das faltas que mais se faz sentir em matéria de assistência, reservando-o exclusivamente para a hospitalização de crianças. Acrescida a sua capacidade, segundo o plano original, apetrechando-o devidamente com todos os elementos requeridos, transformar-se-ia no centro de todos os serviços de puericultura nas suas complexas modalidades. É verdadeiramente confrangedor que, ao analisar a protecção official às crianças dispensada pelos Hospitais, se verifique que se resume a 200 camas do Hospital D. Estefânia e numa cidade onde a mortalidade infantil se conta pelos índices mais elevados.

De todas as considerações feitas conclui-se que a que se refere à hospitalização de crianças é a de mais fácil quanto urgente resolução.

Existem na cidade outros serviços hospitalares, que não são dos Hospitais Civis. Só se lhe fazem referência por se julgar conveniente que os que sejam julgados aproveitáveis sejam integrados e encorporados nos Hospitais Civis e sujeitos à sua administração.

Demonstrou a estatística e a experiência confirmou que a assistência hospitalar, para ser sufficiente, tem que dispor de um número de camas calculado em função do número de habitantes, segundo um índice variável, mas cujo limite mínimo nunca deve baixar a um nível inferior a cinco por mil, sem grave prejuizo da população e consequente perturbação na vida das organizações hospitalares.

Ao aceitar o índice mínimo para a cidade de Lisboa, e procedendo

à consulta do último censo, efectuado em 1940, que acusa a existência de 790.000 habitantes, se se deduzisse do cálculo feito o número de camas necessário, cometer-se-ia um erro, por omissão da população dos concelhos limítrofes e dos doentes de outras regiões do País que acorrem aos Hospitais de Lisboa.

Por melhor e mais ricamente provida que seja a assistência hospitalar do País, será ilusório o propósito de evitar o afluxo de doentes da província aos Hospitais de Lisboa, particularmente em muitos casos, que só aqui encontrarão os recursos necessários de tratamento, sem considerar ainda a influência do factor psicológico da atracção exercida pela capital. Um outro fator merece também reflexão, para não errar a estimativa: o constante aumento da população da cidade num ritmo progressivo e quase imprevisível.

Ajusta-se o cômputo das camas precisas encarando apenas as necessidades para os próximos decénios e esquecendo por conjectural a avaliação do número de habitantes que a cidade abrigará dentro de trinta ou mais anos. Não será ousadia adicionar aos 790.000 habitantes mais 400.000, para conseguir uma base segura de cálculo.

Admitindo por consequência o número de 1.200.000 pessoas existentes no âmbito de acção dos Hospitais de Lisboa, e aceitando o índice mínimo de cinco por mil, deduz-se que são indispensáveis 6.000 camas para completar a obra de reorganização da assistência hospitalar. Será difícil a resolução do problema, que é simples de enunciar: são necessárias 6.000 camas para os Hospitais de Lisboa.

Como conseguí-las? Sirva de guia a experiência do passado. Evitem-se as improvisações dos tempos de apuro e condenem-se as adaptações desordenadas e dispendiosas. Que procedimento a seguir e como delinear um plano aceitável?

Sobre a quase totalidade dos Hospitais, pela análise feita, caíu condenação irremissível, à excepção do de S. José e do de Santo António dos Capuchos, que, remodelados, teriam 1.500 a 1.600 camas, em conjunto, constituindo um bloco hospitalar, restando averiguar como seriam distribuídas as 4.500 camas a mais exigidas.

Ora, de há muito se reconheceu a inconveniência da concentração de quase todos os hospitais na mesma zona, com graves prejuízos para os doentes, especialmente os de bairros afastados, obrigados a grandes percursos para frequentarem as consultas.

Há bairros, de densa população pobre, totalmente desprovidos de Hospitais e de socorros clínicos. Pelo reconhecimento desta sensível falta, em 1872, uma comissão de médicos do Hospital de S. José, empreendeu estudos para a criação de um Hospital no alto de Santo Amaro, que servisse especialmente a população do Bairro de Alcântara, um dos centros industriais da cidade habitados por uma população de

operários e trabalhadores do porto. Setenta anos volvidos não há senão que fazer renascer essa velha aspiração e torná-la realidade.

Impõe-se assim a criação, nos bairros ocidentais da cidade, de um grupo hospitalar para 1.500 camas, devidamente apetrechado, para ter possibilidades de existência autónoma. Exigências idênticas concorrem na zona oriental (Xabregas e Poço do Bispo), impondo a mesma solução: isto é, um outro grupo hospitalar de 1.500 camas.

Em obediência ao critério de dispor os hospitais segundo a topografia da cidade e a sua densidade populacional, conclui-se em situar dois grandes hospitais nos dois grandes bairros industriais, situados nos limites da grande área urbana de Lisboa disposta em semi-círculo e cujo diâmetro é constituído pela margem do rio.

Há porém a atender que nos últimos tempos se iniciou uma lógica e ordenada tendência para o desenvolvimento da cidade para o interior dentro dum perímetro traçado dos Olivais até Algés, incluindo as zonas da Charneca, Lumiar, Telheiras, Luz e Benfica e em contacto com os limites dos concelhos de Loures e Oeiras e ainda com ligação directa com os de Cascais e Sintra.

Por todas estas razões é desejável que o terceiro Hospital se localise nessa região.

Assim, quatro grandes hospitais gerais, um em cada sector, constituiriam o sistema hospitalar de Lisboa e assegurariam, pelas suas instalações, as exigências da cidade, com o número mínimo e indispensável de camas.

Não se apelide de utópico o plano, nem de illusória a pretensão da sua possível realização, nem se recue deante da soma requerida para a efectivação da obra. Tenha-se em vista, não é inútil a repetição, o exemplo do passado e o dispêndio de quantias em obras e tarefas apressadas em ocasiões de apuro.

Por desconcerto de critério e por ausência de um plano esclarecido dispenderam-se quantias enormes e consumiram-se créditos, cuja aplicação e emprego, pelo menos durante os últimos cinquenta anos pouca e insignificante influência tiveram na melhoria dos Hospitais, como bem o demonstra a evidência a actual situação. Entre 1900 e 1910, numa época em que importava o custo da construção entre 800 mil réis e um conto por cama, gastaram os Hospitais a quantia enorme de 5.000 contos, para o fim deste período, em vez de contar com uma hospitalização moderna, de 5.000 camas dispõem apenas de 4.000 camas em hospitais condenados.

Após a crítica do passado, advirta-se que as exigências do exer-

cício da medicina se tornam cada vez mais instantes e complexas, ao mesmo tempo que se anunciam novas e ousadas transformações em matéria de assistência social, o que tudo obriga ao estudo de medidas seguras e convenientes para prevenir dificuldades futuras.

Não permitem as condições de momento orçar o custo da obra. Sendo porém o preço da instalação o mais variável por dependência da importação do estrangeiro, o cálculo contudo da construção talvez pudesse, com relativa aproximação, ser elaborado em relação com os preços correntes da construção em Lisboa. É objecto em que só os técnicos podem dar aviso.

A verba indispensável não seria concedida de uma só vez e num só ano económico, mas seriada por vários anos de modo que a integral realização da obra não alcançasse mais de dois decénios, tendo em vista os recursos financeiros do país e da cidade.

Para a realização de obra de tão profundo alcance social, comportando tantos e complicados problemas qual o órgão directivo com a competência para assumir a responsabilidade da sua execução?

Não se aconselha a nomeação de uma comissão independente sob o pretexto de trabalhar mais livremente.

Indica-se que se cometa a missão à direcção dos Hospitais Civis, única instituição com a idoneidade indiscutível pelos elementos de que dispõe e pelo conhecimento directo do problema em todos os seus aspectos, e portanto mais capaz de convenientemente proceder à realização da obra, que completada ficaria sob a sua administração.

Um breve e sucinto resumo limitado a generalidades, não consente discussão sobre o tipo de hospital a preferir: hospital em edifícios separados ou edificado em altura. Não importa agora ter que apreciar as razões de ordem técnica e económica não só da sua construção mas também da sua manutenção.

A «Lisboa de ontem e de hoje» do Sr. Rocha Martins

Considerações feitas ao correr da pena

por MÁRIO DE SAMPAYO RIBEIRO,
LUÍS PASTOR DE MACEDO
e outros.

Lisboa de ontem e de hoje, di-lo o seu Autor, não é a obra «que sempre desejou fazer» e que deveria (ou deverá) intitular-se *Glórias e desventuras da Cidade de Lisboa*, mas é um «pouco» daquele «muito».

E que é esse «pouco»? Um volume onde se desdobram alguns artigos publicados pelo sr. Rocha Martins no *Diário de Notícias*, artigos «em grande parte refundidos, cerzidos, completados, com suas notas e acréscimos além das crónicas, inteiramente inéditas, como as intituladas: — As Colinas de Lisboa».

Nada nos custa, pois, reconhecer a boa vontade do Autor, e por que, justamente, isso nada nos custa, aqui estamos, com a nossa boa vontade também, no propósito de chamar a sua atenção para algumas das inexactidões que a obra contém, e que, infelizmente, não são tão poucas como seria para desejar, mas que felizmente não são tantas como chegariam a ser se os artigos publicados no referido jornal tivessem sido todos integralmente reeditados no volume.

Considerações feitas ao correr da pena — convém acentuar — encham as páginas que vão seguir-se; e encham-nas, preferindo à seriedade *encartolada* dos momentos graves, o tom alegre, mas sem qualquer intuito *menosprezador* e muito menos ofensivo, da boa disposição.



Pág. 5 — «Assim lhe chamou António Coelho Gasco, magistrado genealogista, do século XVII, na obra inédita *Origens e Antiguidades de Lisboa*».

A obra *Origens e Antiguidades de Lisboa (Primeira parte das Antiguidades da Mui Nobre Cidade de Lisboa)* não está inédita. Foi publicada há 45 anos no *Arquivo Bibliográfico da Biblioteca da Uni-*

versidade de Coimbra (de 1901 a 1913), e depois, em separata da mesma publicação, no ano de 1924.

Pág. 9 — «Os «Septi Montum» da tradição». Aliás «Septem montes». É a lição correcta.

Pág. 9 — «Vinha a cêrca de que se guardaram vestígios até ao nosso tempo, desde as portas do Moniz, no Castelo, por S. Vicente de Fora até à Praia. Desde 1373, em Setembro, a 1375 não se fez outra cousa».

Dá-se um doce a quem for capaz de saber o que se fez tão aoadadamente desde Setembro de 1373 até 1375.

Pág. 10 — «...e foi começada era de mil e quatrocentos onze anos, se acabou em quatrocentos e treze... (As datas são anteriores, como se entende, à da correcção do Calendário)».

As correcções ou reformas do Calendário, assim chamadas pelos tratadistas, são apenas a Juliana e a Gregoriana. A primeira feita por Júlio César no ano 46 A. C., que deu origem ao Calendário Juliano, e a segunda pelo Papa Gregório XIII, que começou a vigorar em 1582, e é a usada actualmente.

A substituição da era de César pela de Cristo, posta em vigor em Portugal pela lei de 15 de Agosto de 1422, não é considerada reforma do Calendário, pois que não reformou cousa alguma.

Pág. 10 — «Do alto da grande colina, que era defesa e resguardo da cidade, avistava-se grande parte da linha amuralhada descendo pela encosta até à Mouraria, galgando a S. Roque e avançando até à do Duque de Bragança».

«Até à do Duque de Bragança»? Mas à quê?

Pág. 10 — «Sumir-se-ia no Cata-que-farás, mas divizava-se já à beira de Alfama ou, ao menos assinalavam-se no Arco das Portas do Mar...»

Procurámos até nos esfalfar-nos mas não conseguimos encontrar o sujeito com que concorda aquele *assinalavam-se*.

Pág. 10 — «Era fronteira ao Terreiro do Trigo a Porta da Judiaria ou do Rosário».

O Autor estava convencido, e provavelmente ainda assim se conservará, de que, nos tempos a que se reporta, o Terreiro do Trigo estaria no local que ocupou depois do terramoto de 1755 e cujo edificio se ergue no largo do mesmo nome.

Pág. 10 — «Existia ali o bairro israelita de Vila Nova de Gibraltar...»

Trata-se da repetição de uma afirmação errada de Alexandre Herculano, posto que corrigida há quase 50 anos! *Vila Nova de Gibraltar*, por muito que pese ao Autor, nunca existiu.

Pág. 10 — «... e no sítio da sinagoga edificara-se a igreja da Conceição Nova».

Pondo de parte a verdadeira localização da sinagoga — que não era a que o Autor supõe — deve-se declarar, por amor à verdade, que a igreja que se construiu naquele sítio foi a da Misericórdia, a qual foi dada, depois do terremoto de 1755, aos freires de Cristo, que consigo trouxeram a invocação de Conceição Velha, do edificio em que eles então habitavam. A igreja da Conceição Nova nunca esteve no sítio onde é a actual Conceição Velha.

Pág. 10 — «As denominadas Portas do Chafariz de Dentro, fronteira[s] a esta fonte e à da Praia, também se deviam localizar da riba de S. Jorge».

Da riba evidentemente que é *na riba*, e justamente por que deve ser assim é que chamamos a atenção do Autor.

Pág. 10 — «As saídas e entradas da banda oriental eram: Porta ou Postigo da Pólvora junto à Galé, perto do que seria o Jardim do Tabaco».

Sem nos determos a admirar a singularidade da redacção, devemos observar que a Porta ou Postigo da Pólvora, se abria ao sul e não ao oriente da cidade, dando para a praia do Tejo.

Pág. 10 — «... Portas da Oura e dos Armazéns, adiante Arcos [aliás Arco] das Pazes, junto ao Terreiro do Paço».

Arco das Pazes é uma denominação falsa, a qual é devida, inicialmente, ao alemão Jorge Braunio, na vista *Olissippo* que publicou em 1573, cheia de erros nas legendas, erros depois repetidos por todos os autores que a copiaram. O nome da passagem sob os paços da Ribeira devia ser *Arco dos Paços*. Advirta-se que este arco, contrariamente ao que supõe o Autor, não se abria na muralha fernandina.

Tudo isto, valha-nos Deus, está dito e redito desde o ano 1900!

Pág. 11 — «... a capital assim jungida, tinha realmente sete colinas como a Cidade Eterna...»

E tinha realmente? A este respeito aconselha-se a leitura do estudo de Mestre Vieira da Silva intitulado *As Sete Colinas de Lisboa* e publicado em *Olissippo*, n.º 29.

Pág. 11 — «Em quási todos aqueles montes já existiam cenóbios e até templos...»

Mas quando? Quando é que naqueles montes já existiam cenóbios e até templos? Em História, esta coisa das datas não é um por menor de somenos...

Pág. 11 — «... Lisboa que... já fôra a Felicitas Julia, a cidade da «Felicidade de Júlio» dos romanos...»

!!! — ??? — !!!

Pág. 11 — «... e não longe um trato por cujas ruinas descobertas muitos séculos depois, foi possível descrever um local de espectáculos dos actores de Roma na terra lusitana».

Perante este trecho só obtivemos a confirmação de que somos fraquíssimos em *palavras cruzadas*.

Pág. 11 — «As termas dos Cassios — como lhe [*aliás lhes*] chamou Gomes de Brito ao investigá-las e Gervásio Lobato ao romançar os *Invisíveis de Lisboa* — eram os restos dos balneários romanos».

1.º — Não nos consta que Gomes de Brito tenha *investigado* as termas referidas.

2.º — Não foi esse olisipógrafo que as cognominou *Termas dos Cassios*. Esta denominação constava de uma lápide encontrada em 1771 quando no local se construiu o palácio dos Matas correio-mores, depois Condes e Marqueses de Penafiel, às Pedras Negras.

3.º — Não foi Gervásio Lobato quem *romanceou* as Termas dos Cássios, mas sim Leite Bastos na sua obra *As tragédias de Lisboa*, (3.º volume, pág. 341, e outras).

Pág. 12 — «Doze portas, que talvez já fôsem mouriscas, se estabeleceram junto das construídas de novo e denominavam-se de S. Jorge que teria outra designação anterior: Alfofa esta eivada das tradições dos vencidos, como a de Ferro, e também poderia ter sido a do Mar por onde as galés se aproximaram e o engenho com que assaltaram as muralhas».

Se não nos é levado a mal, perante a *clareza* deste período, deixem-nos encolher os ombros e estender as nossas faculdades compreensivas...

Pág. 12 — «Enquanto àquela porta do Moniz, que também se chamou do Sol e do Norte...»

A porta do Moniz não deve ser a mesma que a *do Sol e do Norte*,

conquanto se abrissem as duas no lanço norte da muralha da Praça Nova do Castelo. O Autor, por acaso, não tem aí à mão *O Castelo de S. Jorge de Lisboa*, de Mestre Vieira da Silva?

Pág. 12 — «Enquanto àquela porta do Moniz... foi consagrada no tempo em que um seu descendente, o Conde de Castelo Melhor, era o poderoso Ministro de D. Afonso VI».

E não o teria sido no tempo do pai do poderoso ministro? Ora sempre será bom verificar...

Pág. 12 — «Romanos, bárbaros do norte, visigodos e mouros fruíram as deliciosas vistas e os regalos da Alcáçova, da primeira colina de Olissipo».

E se a Alcáçova tivesse sido construída pelos mouros, hein? Como teriam podido os romanos, os bárbaros do norte e os visigodos fruir as deliciosas vistas, etc., da Alcáçova que ainda não existia?

Pág. 13 — «E era o S. Jorge adorado pelos soldados e povo que descia da sua igreja [o Autor refere-se à de St.^a Cruz do Castelo] em som de festa para a procissão do Corpo de Deus, em Junho de datas distantes até 1910».

Sempre diremos que a festa do Corpo de Deus tanto poderia, ou pode, cair em Junho como em Maio, e quanto à imagem de S. Jorge sair naqueles imprecisos tempos, da igreja de Santa Cruz, aconselhamos a que a lição seja revista.

Pág. 17 — «Já ali [no local onde se ergueu o templo dedicado a S. Vicente] existia o cemitério da evocação do santo e o monarca [D. Afonso Henriques] tivera no sítio o seu quartel-general durante a luta pela tomada da cidade mourisca».

O acampamento de el-Rei D. Afonso Henriques não foi no monte de S. Vicente, mas sim no monte da Graça, entre o acampamento dos cruzados flamandenses e colonenses, que ficava para os lados de S. Vicente, e o dos ingleses, que se estabeleceu no vale da *Baixa*, isto conforme os modernos estudos críticos do cêrco de Lisboa em 1147.

Pág. 18 — «... Filipe II de Espanha, a quem denominaram primeiro de Portugal...»

Esta agora não está má! Mas se ele foi de facto Rei de Portugal e o primeiro daquele nome, como quereria o Autor que o classifikassem na resenha cronológica dos Reis de Portugal?

Pág. 18 — «Estava o instituto [*o Estudo Geral*] junto à Porta da Cruz ou da Moeda Velha e fôra fundada [*aliás fundado*] pela bula de 9 de Agosto de 1290».

Não foi assim. Seria conveniente que o Autor lançasse uma vista de olhos pelo capítulo II do vol. I da obra do sr. Matos Sequeira *O Carmo e a Trindade*.

Pág. 18 — «D. Afonso IV restituiu os estudos a Lisboa, em 1338; e a 6 de Dezembro de 1354, D. Deniz de novo os mandou instalar em Coimbra».

O Autor só se esqueceu de advertir que «D. Denis de novo os mandou instalar em Coimbra», no fim do ano de 1354, quando já descansava no túmulo havia nada menos que 29 anos!... Afora o esquecimento, só nos merece respeitoso aplauso a intrepidez altamente desconcertante com que o Autor pôs D. Afonso IV a reinar antes de D. Denis, que, como se sabe, ou melhor, como se julga saber, foi pai daquele. É denodo de inapreciável quilate, lá isso é.

Pág. 19 — «D. João I, em 1384, declarou que a Universidade ficaria perpétuamente na capital e vizinha dos cônegos de S. Vicente, e assim se manteve através da dinastia de Aviz. O cardeal D. Henrique, seu primeiro protector, até comprou casas em S. Tomé, abaixo de Santa Marinha, para se estabelecerem as aulas de Geometria e Astronomia».

Para pouparmos tempo (e perante este suculento período teríamos que gastar bastante), limitamo-nos a envolver a transcrição (e a certa distância) com três ordens de arame farpado. Que tal a lembrança?

Mal pensaria o Cardeal D. Henrique...

Pág. 20 — «Foi [*D. Tomaz de Almeida, 1.º Patriarca de Lisboa*] vizinho de S. Vicente mas jaz em S. Roque visto residir no palácio mais próximo dessa igreja, à data da sua morte a 27 de Fevereiro do ano de 1754».

Não senhor. Creia o Autor que D. Tomaz de Almeida não foi sepultado em S. Roque por morar, à data do seu falecimento, no palácio dos Vidigueiras, mas por outra razão. Nada havia então que regulasse os enterramentos, se bem que a proximidade dos templos e a qualidade de paroquiano fossem factos, evidentemente, a considerar.

Pág. 22 — «Outro destino a que se votou o convento [*de S. Vicente*] foi o de Panteão Real. Desde D. João IV até D. João VI ali fizeram os monarcas à excepção de D. Miguel que morreu proscrito».

Podia ter morrido tuberculoso, ou simplesmente constipado, e até assassinado; mas não — morreu proscrito.

Agora aquela de excluir el-Rei D. Miguel dos que tiveram o trono português desde D. João IV a D. João VI é que, confessámo-lo amargamente, não nos teria ocorrido. Nós, usando sempre da nossa prosaica simplicidade, com a veia imaginativa há muito tempo a ares numa casa de penhores da rua do Arco do Bandeira, teríamos raciocinado assim: — Ora se D. Miguel reinou e faleceu depois de D. João VI, seu pai, porque havia de constituir uma excepção entre os reis que vão desde D. João IV até ao marido da Rainha D. Carlota Joaquina, nos quais ele, por título algum podia ser incluído?...

Pág. 23 — «D. Afonso VI que jaz nos Jerónimos». Homessa!!!

Pág. 26 — «... obteve a doação do sítio de Santo André, a colina olissiponense».

Isto só pode admitir-se como ficção romântica, pois que esta colina, inventada por Fr. Nicolau de Oliveira, conforme este a descreve, não passa de um vale entre os montes do Castelo e de S. Vicente. Veja o já citado estudo de Mestre Vieira da Silva, *As Sete Colinas de Lisboa*.

Pág. 26 — «... que ficava sôbre a invocação do mesmo santo». Onde se lê *sôbre*, leia-se *sob*. Trata-se, naturalmente, de erro tipográfico.

Pág. 27 — «O Terreiro de Santo André estava voltado à barra de Lisboa».

Não se compreende como o Autor figura a orientação do Terreiro. Além disso, não se podia ver dele a *barra de Lisboa*, querendo interpretar-se assim a *foz do Tejo*.

Pág. 27 — Aquele Arco [*de Santo André*] tão celebrado...»

Tão celebrado porquê? Não tinha belezas architectónicas, não estavam ligadas a ele quaisquer tradições históricas, guerreiras ou sentimentais...

Pág. 28 — «Havia outros locais destinados à mesma exposição [*episódio da Paixão de Cristo*], sendo notável o do palácio Cadaval, ao Rossio, onde a procissão [*do Senhor dos Passos*] se detinha... A casa Cadaval cedeu aquela dependência do seu antigo palácio...»

A casa Cadaval não cedeu dependência alguma do seu palácio.

Este, embora próximo, não se erguia ali, mas sim onde hoje está a estação dos caminhos de ferro no largo de D. João da Câmara.

Pág. 28 — «Aquele arco de Santo André... também fizera parte do amuralhado, mas foi demolido para dar passagem aos eléctricos que se destinam à Graça».

Não é assim. Foi demolido para dar passagem aos *elevadores* que da Baixa iam para a Graça e que da Graça iam para a Baixa.

Pág. 29 — «Os habitantes correriam a enfeitar o seu arco [*de Santo André*] pela aclamação de D. João I...»

Bem sabemos que aquele *correriam* está a indicar uma hipótese, mas mesmo assim, uma hipótese sem qualquer fundamento sério.

Pág. 29 — «O Santíssimo Sacramento e a Senhora da Vida passaram para a igreja do Menino de Deus».

Perdão: *Menino-Deus*, Menino-Deus é que é.

Pág. 33 — «O sítio da Graça era uma das colinas gloriosas da cidade embora ficasse fora das muralhas fernandinas. Estava, porém, dentro delas o seu convento».

Não estava. O convento da Graça ficava fora da cêrca; a sua igreja é que parece (repare bem: — *parece*) ficava da parte de dentro.

Pág. 34 — «Se foi «almofada» em vez de «almofala», que também já temos visto escrito, como sendo o chamadouro do sítio [*da Graça*], possivelmente seria junto de alguma das portas mouriscas, e de categoria [!!!!??] O «almofar» era uma espécie de coifa de malha sôbre a qual se punha o capacete. Talvez que os cavaleiros só ali se cobrissem com aquele resguardo».

Quem sabe!!!

Almobbada ou Almoballa turbid barracaton badjn badane almochtelein — teria dito, quem sabe!, Ebn-Baja ou talvez Ebn-Zobr.

«Talvez que os cavaleiros só ali se cobrissem com aquele resguardo», só ali se *almofarassem*.

Sim. Quem sabe!!!

Pág. 35 — «Destaca-se o resplendor oferecido por D. João V». Tome nota: — foi D. José I, quem o offerereu.

Pág. 36 — «O decreto da abolição das Ordens Religiosas expulsou de Portugal os últimos Agostinhos».

Com certeza? Ora veja bem. Nós estamos convencidos de que o referido decreto não determinou a expulsão dos frades mas sim a extinção das ordens religiosas, e até se estabeleceu uma pensão para os mais necessitados, pensão que por sinal foi de 400 réis por dia...

Pág. 40 — «A colina [da Graça] participou largamente da história da cidade e o arco, que se denominou da Graça, existia na rua Direita do Colégio e era uma das partes».

Mas o que é que terá o... (famos a escrever um dito muito popular que não ficava aqui nada mal). Mas o que é que terá o arco com a colina?

Já é vontade de alinhar palavras!

N. B. — Onde se lê «uma das partes», leia-se «uma das portas, subentendendo-se: da cidade». A emenda, claro está, vai por nossa conta.

Pág. 40 — «O arco [da Graça] foi abatido [nós diríamos foi demolido ou derrubado] em 1835 e a imagem de Nossa Senhora da Graça passou para a igreja conventual».

Igrejas conventuais, houve e há muitas, mas aqui o Autor quis certamente referir-se à da Graça, embora melhor fôra que não se referisse a esta nem a qualquer outra.

Por que não vai o Autor até à ermida de Nossa Senhora da Saúde? Pois vá até lá e pergunte, andague, investigue... e não abuse tanto da imaginação.

Pág. 43 — «...as freiras de Santana, as franciscanas, e os jesuítas».

Mas então as freiras de Santa Ana não eram as mesmas que as franciscanas?

Pág. 43 — «Professavam naquela regra vinte mulheres de piedade e virtude que viviam num recolhimento, a S. Bartolomeu do Castelo, fundado por uma preta devota e de nome Ana.

«Naturalmente esmolava e sustentava as servas da Paixão de Cristo. D. Sebastião aumentou os réditos das freiras que tiveram demorada questão com os jesuítas de Santo Antão-o-Novo, que o Cardeal D. Henrique tanto protegia.

«A sua casa é hoje o Hospital de S. José».

Isto tudo é claro como água, e só não o percebe quem não quer perceber. Diremos mais: como limpidez, como exemplo de perfeita distribuição e colocação dos elementos gramaticais, como primor de arquitectura da frase, os períodos que aí ficam, merecerão sempre, através dos tempos, notável aura. Sim senhor — belos nacos.

E a-par do elegante recorte literário, do impecável jogo das palavras, da juxtaposição dos verbos e dos sujeitos, enfim, de uma redacção que Vieira invejaria, se por este mundo ainda andasse, cumpre-nos salientar com todo o entusiasmo a bela novidade que, gramaticalmente, se deduz da estonteante leitura dos dois últimos períodos: — que a casa das freiras é hoje o hospital de S. José!!!

Pág. 45 — «Não havendo filhos [*do casamento de D. João da Bemposta com D. Margarida de Melo Lorena, já viúva do 2.º Marquês de Abrantes*] coube o palácio [*da Bemposta*] a D. Pedro, que seria o terceiro do nome e marido de D. Maria I.»

Isto não está certo. O Palácio da Bemposta coube a D. Pedro não pelo facto de D. João não ter tido filhos, mas sim por que o palácio era da Casa do Infantado. D. João da Bemposta nunca foi dono do palácio.

Pág. 48 — «Castro Guimarães [*depois Conde de Castro Guimarães*] devia descender do banqueiro, talvez israelita, Manuel de Castro Guimarães...»

Mas devia por quê?

Pág. 50 — «... na Calçada de Santana, no prédio que, em 1882, tinha os n.ºs 139 a 141, existiu uma lápide...»

Existiu, não. Existe. Ainda lá está para quem a queira ver. Simplesmente, o que lá se lê, não é o que o Autor estampa no livro. Na lápide, não está, por exemplo, que Luís de Camões morreu em 1650...

Também não faltava mais nada.

Pág. 60 — «O sítio da Cabeça de Alperche... chamava-se assim porque talvez o cômoro se assemelhasse àquele fruto».

Esta deixamo-la ir sem comentários. Foi resolvido por unanimidade.

Pág. 65 — «A Escola Académica está instalada na rua da Penha de França...»

Não está; esteve. Desde os fins de 1944 que foi para o largo do Conde Barão.

Pág. 65 — «... e foi também [*o convento da Penha de França*] albergue de viúvas de militares que estiveram depois no convento de Chelas tão cheio de recordações da futura Marquesa de Alorna».

Foi em 1898 que as viúvas de militares se instalaram no antigo convento de Chelas, e sendo assim, como é que se pode falar na futura

Marquesa de Alorna, (D. Leonor de Almeida Portugal — Alcipe) que tinha falecido havia já 59 anos?

Pág. 73 — «Em 1554 estava instalada [*a Misericórdia*] na Conceição Velha, igreja edificada no sítio da antiga sinagoga...»

Repete-se mais uma vez o erro de Herculano, já desfeito, aliás, há muitíssimos lustros. Em 1534, a Misericórdia, vinda de uma capela do claustro da Sé, instalou-se em edifício para ela propositadamente construído, no sítio onde está hoje (repare-se bem: — *onde está hoje*) a igreja da Conceição Velha, mas nem a primitiva igreja que teve esta invocação popular, nem o recolhimento e igreja da Misericórdia, foram edificados no sítio da antiga sinagoga dos judeus.

Pág. 75 — «No largo [*Trindade Coelho*] ergue-se um monumento comemorativo do casamento de D. Maria Pia de Saboia com o Rei D. Luís I... O povo denominou-o a *Palmatória* visto ser uma coluna com uma larga e grossa circunferência».

Esta não há dúvida que é *de palmatória*. A circunferência — segundo dizem os livros de instrução primária — é uma linha — uma *linha* — e não uma superfície, e muito menos um sólido!!!

Pág. 77 — «Seria seu tesoureiro [*da irmandade das Chagas de Cristo*], em 1788, o reverendo Francisco Manuel de Melo, em letras celebrizado sob o nome de *Filinto Elísio*».

Reverendo Francisco Manuel de Melo... *Filinto Elísio*... Mas que reverendíssima trapalhada...

Pág. 90 — «Os Sampaio eram bairristas, vizinhos de Santa Catarina porque moravam no palácio da Rua da Boa Vista, junto do pátio que ainda hoje se chama do Marquês de Sampaio e que talvez fizesse parte da propriedade».

Em 1.º lugar diremos que os Sampaio não eram bairristas de Santa Catarina, mas sim dos Remolares ou de S. Paulo.

Quanto à sua vizinhança de Santa Catarina, ela é muito relativa. No entanto se considerarmos dois pontos entre si afastados, em relação a um terceiro ponto, poderemos classificar de vizinho o que está mais próximo. Em relação a Santa Catarina, não há dúvida que os Sampaio da Boa Vista podem ser considerados seus vizinhos em comparação com os mesmos Sampaio quando estes habitavam na freguesia de S. Vicente. Mas se *vizinhos* está ali para significar *fregueses* (e é o que deve ser) então está mal por que eles, os Sampaio da Boa Vista, eram paroquianos de S. Paulo.

Em 3.º lugar diremos que não existe à Boa Vista qualquer pátio

com o nome de *Marquês de Sampaio*. Assim denominada, o que lá está é simplesmente uma travessa.

Pág. 91 — «Ali perto, na Travessa de Santa Catarina, existe o pátio do Lencastre, onde residiu o engenheiro Ferreira de Mesquita...»

Não residiu tal. O eng. Ferreira de Mesquita, morou por ali perto, sim, mas na rua de Santa Catarina, n.º 27, 1.º andar, quase em frente da travessa do Alcaide.

Pág. 94 — «Sobem-se cento e doze degraus até ao terraço (*da Basílica da Estrêla*) e mais duzentos e vinte e nove para atingir o varandim que circunda exteriormente o edificio.»

Circunda o edificio? Não circundará antes o lanternim?

Pág. 96 — «... a Travessa dos Ladrões chama-se, hoje, rua do Jardim...»

Não se chama tal. A sua denominação actual é rua da Estrêla.

Pág. 98 — Na rua da Estrêla morava o grande poeta João de Deus, quando em 8 de Março de 1895...»

Não morava tal. O poeta residia na Calçada Nova da Estrêla que anteriormente tivera o vocativo de calçada do Convento Novo do Coração de Jesus.

Pág. 98 — «À rua [da Estrêla] foi dado o nome do grande homem de letras [*João de Deus*]».

Não foi tal. O nome de João de Deus foi dado, por edital de 24 de Fevereiro de 1897, à calçada Nova da Estrêla.

Pág. 102 — «Quiseram os romanos abastecer a sede do seu município com boas águas e foram procurar as nascentes de Belas e Caneças, trazendo-as, em minas, até aos mamelões de Campolide, onde fizeram um reservatório».

Simple fantasia, mas bonita, de fino gosto.

Pág. 103 — «... não se levou ao fim esse plano grandioso dos architectos Manuel de Melo e Custódio Vieira».

Emende-se para: architecto *Manuel da Maia*.

(*Continua no próximo número*)

As imagens e os painéis de S. Domingos de Benfica

Notas para a história artística de Manuel Pereira
e Vicente Garducho

Por CRUZ CERQUEIRA

A volta de S. Domingos de Benfica, dessa igreja modesta mas de boas linhas que se encobrem sob a arquitectura humílima das fachadas, andam ligados não só factos de História Pátria como outros de História de Arte.

Além da evocação de Fr. Luís de Sousa, o terço escritor, brilhante de forma e rico de linguagem, que é um dos nossos clássicos mais interessantes, paira lá o espírito doutra figura que também foi ilustre e é quase desconhecida — Fr. João de Vasconcelos ⁽¹⁾ — e guardam-se nesse pequeno templo algumas obras a que a nossa História de Arte não ligou a devida importância ou não as registou sequer.

É certo que o Cardeal Saraiva primeiramente e depois Raczynski, e Assis Rodrigues, seguindo a tradição e as referências de Fr. António da Encarnação ⁽²⁾, divulgaram a existência de imagens do insigne escultor seiscentista Manuel Pereira ⁽³⁾ em S. Domingos de Benfica.

O caso, porém, não despertou interesse de maior. Se a nossa História de Arte continua por fazer ainda hoje!

Gabriel Pereira, num artigo da revista *Arte Portuguesa* ⁽⁴⁾, bem como no livro *Pelos subúrbios e vizinhanças de Lisboa* ⁽⁵⁾, referiu-se ao assunto, fazendo ver, — parece que ignorando, pelo menos no texto as próprias alusões de Encarnação — que o «boato, a tradição vale alguma coisa, e é preciso atender ao *dizia-se*». Mas continuou o desinteresse pela tradição e por tais referências do historiador dominicano. Ninguém se deu a investigar. O assunto caiu completamente na indiferença, prevalecendo a dúvida. E por isso os poucos escritores que se têm ocupado da igreja de S. Domingos de Benfica ou tem vindo

⁽¹⁾ Vid. notas finais, I e II.

⁽²⁾ *História de S. Domingos em Portugal*, adição à 3.ª parte.

⁽³⁾ Vid. nota final, III.

⁽⁴⁾ Lisboa, 1895 — pág. 57.

⁽⁵⁾ Lisboa, 1910 — pág. 51.

opor mais ou menos decididamente as suas dúvidas ou passado pelo assunto como *gato por cima de brasas*.

Nesta maré de desinteresse e desconfiança, Lafond, ao ocupar-se de Manuel Pereira no seu livro *Sculpture espagnole* ⁽⁶⁾, veio opor também as suas objecções e fê-lo mais decisivamente: «c'est fort douteux».

Mas porquê? Viu Lafond as imagens de Benfica? É de supor que não; tudo leva a crer que não.

Esta e outras objecções sem base certa contribuíram para se pôr de parte a afirmação de Fr. António da Encarnação, continuador de Fr. Luís de Sousa na 3.^a parte da *História de S. Domingos em Portugal*, quanto a essas imagens terem vindo «do Reino de Castela, feitas por hum insigne official e por tal chamado aquela Corte, portuguez, natural do Porto».

Esta referência do seguidor de Fr. Luís de Sousa a Manuel Pereira é uma fácil adivinha de *branco é, galinha o põe*, já que nenhum outro escultor natural do Porto floresceu por essa época na Espanha ⁽⁷⁾.

Mas a afirmação — repita-se — não obteve grande crédito não lhe valendo sequer ser o historiador contemporâneo tanto da construção dominicana de Benfica como da existência gloriosa de Manuel Pereira na corte da Espanha.

Todas as objecções opostas ressentem-se afinal não só da falta duma história de arte portuguesa e da concernente investigação como da ignorância do que vem em livros e crónicas e também do pouco crédito, que, devido ao seu misticismo exacerbado, têm merecido os historiadores religiosos.

Para esclarecer este caso das imagens de Benfica há que estudar não somente a história desta igreja e convento dominicano como a vida de Fr. João de Vasconcelos, o prior que edificou o novo templo e levou a cabo outras obras nas suas dependências.

É o que fiz conseguindo descobrir o autor dos painéis dos retábulos dos altares e desenastrar a meada tecida à roda das imagens.

A própria *História de S. Domingos*, na sua última parte, escrita por Fr. Lucas de Santa Catarina, trás apreciáveis elementos, mas mais pormenorizados e concretos os têm a *História de la vida del venerable P.^o Maestre Fr. Juan de Vasconcelos de la Ordem de Predicadores*, do Fr. Andrés Ferrer de Valdecebro ⁽⁸⁾.

É um livro publicado em Madrid alguns anos após o falecimento

(6) Paris, 1909.

(7) Ver nota final IV.

(8) Madrid, 1668.

do biógrafo (1652), e cuja licença da censura tem a data de 1 de Dezembro de 1668.

A 4.^a parte da *História de S. Domingos*, devida a Fr. Lucas de Santa Catarina, membro da Academia de História, e publicada cerca de sessenta anos mais tarde, segue esse livro espanhol consagrado ao Prior de Benfica.



*S. Domingos de Benfica — A Senhora do Rosário
Obra de Manuel Pereira
(Cerca de 1632)*

O livro do frade espanhol confirma Fr. António da Encarnação e faz inteira luz sobre o autor dos painéis dos altares da igreja, aos quais ninguém até agora ligou a menor importância.

É desnecessário cogitar sobre a adivinha *branco é, galinha o pões*, apresentada por Fr. António da Encarnação, tanto se evidenciam os factos afinal corroborados por curiosos pormenores que Ferrer de Valdecerbo conta no seu livro.

Mas para aclarar tudo isto convém transcrever na íntegra certos

períodos dos três autores citados: Fr. António da Encarnação e Fr. Lucas de Santa Catarina, que tiveram a seu cargo sucessivamente a continuação da *História de S. Domingos*, e Fr. Andrés Ferrer de Valdecebro, o biógrafo do Prior de Benfica.

Descrevendo a igreja de S. Domingos de Benfica, Fr. António da Encarnação diz (°):

«Tem da parte da Epistola huma imagem da Senhora do Rosario, de estatura natural. Causa admiração a sua formosura, hum rosto magestoso e alegre, em forma que obriga a respeito, acende em amor e devoção: está com os olhos na querida prenda que tem sôbre a mão esquerda, dando com a direita o rosario a seus devotos: é muito para ver o Menino Deus todo embebido na piedosa Mãe, com uma acção pueril, todo risonho, fugindo-lhe com uma flôr: veste a Senhora tunica branca, semeada de flores de ouro; e cobre-a o manto azul com rica bordadura de ouro ao pincel: são tais as dobras e meneios destes vestidos que houve quem se enfadou por vezes, julgando por seda o que he pura madeira: pisa a Senhora uma nuvem coberta dum tropel de serafins, e remata-se em baixo com uma bem traçada peanha: neste altar está a milagrosa Imagem do nosso Padre S. Domingos, tão celebrada de todos que comumente lhe chamão da Barba dourada, e foi acertado para ela este lugar porque sendo esta Senhora sempre seu abrigo. justo era que tambem agora o fosse.»

A seguir, acerca da imagem de Cristo:

«Responde na capela fronteira, outra Imagem do Senhor Jesus, da mesma estatura e mão, coisa devotíssima e excelente: tem os braços cravados ao alto, está com os olhos no Ceu, como intercedendo a seu Eterno Pai pelos homens no meio de tantas dores: mostra aquele divino rosto eclipsado com ansia tão nascida da alma, que não ha olhos enxutos de quem a considera: vêr a formosura daqueles sagrados membros, aquele corpo tão bem organizado, com estar matizado de crueis vergões, fica tão agradável á vista, que leva após si, e enleva os corações de todos por duros que sejam. *Vieram estas imagens e outras duas que veremos no Altar mór, do Reino de Castela, feitas por hum insigne official, e por tal chamado aquela Corte, Portuguez natural do Porto; merece eterna lembrança, por unico e honra dos engenhos Portugueses*».

Depois, passando a descrever o altar-mor, o autor conta:

«Detras das pontas deste altar, afastado dele quanto cabe a Nós que dissemos, começa a obra do retabulo sôbre oito alterosos pedestais de jaspe vermelho, brunidos e perfilados com diamante em cada face,

(°) *Hist. de S. Dom. em Port.*, ed. Lx. 1866, 3.ª parte, 3.ª vol. pág. 188 a 180.

e largas molduras — ficam quatro a uma banda, e quatro a outra, postos em quadro de sorte que dão pelo meio de cada uma bastante serventia: Sôbre ele se levantam oito alterosas colunas que vão receber uma formosa cimalha sôbre a qual se levantam dois nichos, um de



*O Menino Jesus de S. Domingos de Benfica,
fora da imagem a que pertence
(Visto de frente)*

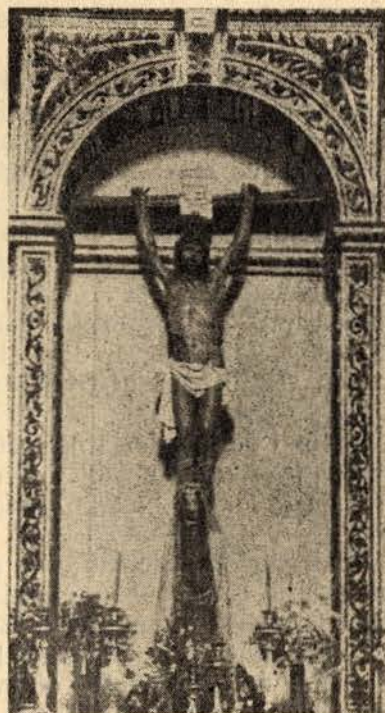
cada parte, nos quais estão duas valentes imagens que são as que prometemos dizer, feitas e vindas da mesma parte que as outras. E a da mão direita do nosso Patriarca S. Domingos, de estatura natural, por extremo formoso e devoto, está lançando a benção a seus filhos, que de continuo pelo decurso do dia e da noite lha vem tomar. Tem na outra mão cruz de Patriarca, e ao pé o seu costumado companheiro com a sua divisa na boca. A outra imagem que corresponde a esta, é do glorioso S. Pedro Martir que como inquisidor, o autor da obra não quiz ficar sem ele, pois lhe sucedia no officio. É da mesma estatura,

rosto penitente, olhos no ceu, e na mão real insignia Palma com três coroas, simbolo das três que na gloria está gozando.»

Fr. André Ferrer de Valdescebro descreve tambem a igreja e salienta a esforçada acção de Fr. João de Vasconcelos no cometimento de engrandecer a obra à qual devotara a sua vontade com os recursos dos seus conhecimentos artisticos — o Prior de Benfica foi o architecto desta igreja e da do Sacramento de Alcântara ⁽¹⁰⁾ — e da sua influencia pessoal, espiritual e social prègando sermões e obtendo donativos.

O biógrafo relata-nos ⁽¹¹⁾:

«Hizo el Retablo del Altar mayor y en èl el Sagramio rico, her-



*S. Domingos de Benfica — O Senhor Jesus
Obra de Manuel Pereira
(Cerca de 1632)*

⁽¹⁰⁾ Vid. nota final V.

⁽¹¹⁾ Ob. cit., 1.º l., pág. 43 v.º e 44.

moso y costoso, de admirable y ayrosa Arquitectura: Los colaterales y demas altares a donde se celebra el incruento Sacrificio de la Missa; *Quatro estatuas que de escultura hizo fabricar en esta Corte que son de Cristo Senor, de Maria Sãtisima de Sãto Domingo y San Pedro Martir; le costarõ puestas allã tres mil escudos de plata* El organo que hizo traer de Alemanha es de las alhajas mas hermosas que la Iglesia tiene; passõ la costa de mil escudos.»

Noutra passagem, Ferrer Valdecebro⁽¹²⁾ alude novamente a estes mil escudos gastos com o órgão, e adiante⁽¹³⁾ refere que Filipe IV, numa das ocasiões em que o Prior esteve na Cõrte de Madrid, mandou dar a Fr. João de Vasconcelos, para as obras de Benfica, a quantia de quatro mil escudos de prata, o que estabelecerã a soma do custo das quatro imagens feitas em Madrid e do órgão que ainda existe, todo desconjuntado — *Finis laus Deo* — no templo desse convento em que floresceram alguns varões ilustres na Histõria religiosa e na Histõria Pãtria, entre os quais Fr. Bartolomeu dos Mãrtires, e onde o cardeal-rei D. Henrique ia desanuviar o espirito das intrigas tecidas ao derredor da independência de Portugal.

Ferrer de Valdecebro, que escreveu de Espanha, referindo-se à liberalidade do Prior de Benfica nos gastos com o acabamento e adorno da igreja, tem est'outra passagem confirmativa⁽¹⁴⁾:

«Lo mismo le sucediõ con *las estatuas de bulto que hizo de excelente escultura en esta Corte.*»

É indubitãvel que as imagens foram mandadas fazer em Madrid por Fr. João de Vasconcelos. Mas Ferrer de Valdecebro pormenoriza ainda corroborando o seu relato e as afirmações de Fr. Antõnio da Encarnação:

«Para el altar principal de la iglesia del convento de Bemfica *le hicieron en esta Corte dos hechuras de Santo Domingo nuestro Padre y de San Pedro Martir de talla, del mayor oficial que hubo en estos reinos*»⁽¹⁵⁾.

Fr. Lucas de Santa Catarina, biografando em 1706⁽¹⁶⁾ o Prior de Benfica, contemporãneo de Encarnação, manda ler a descrição que este escreveu na *Adiçãõ à 3.ª parte* da mesma *Histõria de S. Domingos*, e refere-se, com manifesta hipérbole, ao desvelo e liberalidade de Fr. João de Vasconcelos nas exteriorizações do culto, às quais Ferrer de Valdecebro alude diversas vezes:

(12) Ob. cit., 1.º II, pág. 18.

(13) L.º II, pág. 126 v.º

(14) Ob. cit., 1.º II, pág. 18 v.º

(15) Ob. cit., 1.º II, pág. 38 v.º

(16) Data referida à pág. 101 do 5.º vol. da *Hist. de S. Dom.*, mesma ed.

«O seu grande, o seu contínuo desvelo, era a decência no culto Divino. Tudo para este emprego lhe parecia pouco. Assim, com ânimo largo e liberal, ornou e poliu seu convento de Benfica com o mais selecto, a que antes mais parece que podiam chegar os milagres que as posses. Quadros da melhor mão, que então reconhecia o pincel, lhe ornarão as Capelas e tão prodigiosas esculturas lhe occuparão os nichos das duas do Cruzeiro (que são hum *Cristo esperando* [expirando] *na cruz* e huma *Senhora do Rosario*) que ainda se não deixarão imitar dos mais peritos, como se vem admirados de todos» (17).

E a propósito do caso, que adiante se refere, de não caberem nos nichos do altar-mor para que foram destinadas, duas das imagens, Fr. Lucas conta (18):

«Tinhão-se tomado as medidas, não devia de ser com tão miudo reparo como era preciso, *trabalhando-se em parte tão distantes os nichos e as imagens*».

Mas mais explícito é nesta referência (19):

«Mandara o Venerável Padre obrar pelo melhor escultor que então conhecia a Hespanha duas imagens de humana estatura: huma de N. Padre S. Domingos, outra de S. Pedro Martir, para se acomodarem em dois nichos abertos no mesmo retabolo».

Outro escritor da época, Fr. Agostinho de Santa Maria, aludindo à imagem da *Senhora do Rosário*, di-la feita por um «peritíssimo Escultor» (20), e a propósito da devoção do Rosário, conta que o Prior mandou fazer em Madrid huma Imagem de escultura por hum insigne official» (21).

Temos, pois — repetindo, para salientar — além das referências às pinturas, assunto adiante a tratar, que os quatro escritores citados são unânimes em afirmar que as imagens vieram «de fora do reino» e são obra do «mayor official», «melhor escultor», «insigne official», «insigne escultor», «peritíssimo escultor»; dois deles as dizem feitas em Castela, o terceiro na Côte da Espanha, e o quarto, a propósito da *Senhora do Rosário*, cita claramente Madrid como o local onde esta imagem foi feita, e que se mesmo um dos escritores, o espanhol Ferrer de Valdecebro, discrimina a importância do custo das imagens *puestas allá* em Benfica; outro, Fr. António da Encarnação, assinala o seu notável escultor como «Português, natural do Porto».

(Continua no próximo número)

(17) Ob. cit., 5.º vol., pág. 132.

(18) Mesmo vol., págs. 138.

(19) Mesmas páginas.

(20) Santuário Mariano, vol. 7.º, Lx. 1721, pág. 141.

(21) Id., ib., vol. 1.º 170, pág. 407.

História de uma Casa Pombalina

Por JOSÉ DE CAMPOS E SOUSA

(Continuação do número anterior)

PARÁGRAFO VI

Aqui se fala da «Travessa da Cruz» e da «Travessa dos Poiais».

Em frente do Palácio dos Vila Reais, estendiam-se, para o Poente, os *chãos e sequeiro* pertencentes aos Marqueses desta casa; é de crer que eles os tivessem emprazado. Aí se talhou, pelo Século XVI fora, o *Bairro do Marquês*; o primeiro documento em que tal designação topográfica aparece é uma escritura de 1544, do Cartório do Mosteiro de Santos-o-Novo.

A *Rua* principal deste reduzido *Bairro* (representante do *Bairro do Almirante*), era a que, seguindo a direcção Nascente-Poente, ia do Palácio dos Vila Reais, na *Travessa do Bairro do Marquês* (actual *Calçada do Sacramento*), à *Rua de André Soares*, também conhecida por *Travessa de André Soares* e por *Rua de Francisco Soares*.

O troço da actual *Rua do Almirante Pessanha* que tem esta orientação, é o único vestígio desta serventia, espinha dorsal do velho *Bairro* quinhentista; no decorrer do tempo, foi, como se verá, designada por não poucas formas:

Travessa do Monturo do Marquês

Rua que vai do Bairro do Marquês para a Rua de André Soares

Travessa que vai do Bairro do Marquês para a Rua de André Soares — Século XVI

Rua do Bairro do Marquês — 1552

Rua que vai do Monturo do Bairro do Marquês sair à quarta Travessa — 1573

Travessa que vai do Bairro do Marquês para a Travessa de André Soares — 1573

Travessa do Monturo do Bairro do Marquês — 1573

Travessa que vai para o Bairro do Marquês — 1648

Travessa do Marquês — 1649

Travessa que vai para o Largo e Bairro do Marquês—1671

Travessa que vem para a Igreja — 1685

Isto, até ao fim do Século XVII.

Com o Século XVIII, surge nova referência toponímica — a *Cruz*. Creio que a *Cruz* deveria erguer-se nos antigos *chãos e sequeiro do Marquês de Vila Real*, pouco mais ou menos no local onde esteve a primitiva Igreja paroquial, no lado Sul da *Travessa* em frente do Palácio dos Sosas de Arronches, antigo Palácio dos Meneses. Ficaria assim explicada a nova denominação desta serventia. Transferido o Templo paroquial, deve a *Cruz* ter ficado no sítio onde se erguera, e de aí nasceria a denominação.

Em 1725, diz-se, num *Assento de Óbito: Travessa da Cruz da Igreja da Trindade*. Esta Igreja não é a do Convento da Trindade, como pode supor-se, mas sim a que, actualmente, se chama do *Sacramento*. Depois, a designação *Travessa da Cruz* — fixa-se, e assim dura até o Terramoto. Apenas uma vez, em 1752, se lhe chama: — *Rua da Cruz (Registos Paroquiais da Freguesia da Trindade, no Arquivo de S. Vicente)*.

A *Travessa da Cruz*, de 1755, tinha de largura do lado Poente, 26 1/2 palmos, entre os dois primeiros cunhais, e 23 1/2 palmos entre os segundos; do lado Nascente, junto à Igreja, 30 palmos e 8/10; e na extensão, várias larguras: 26 1/2, 28, 29 1/2 e 20 palmos.

Dela sòmente tem representação, hoje em dia, a sua parte Oriental: é o troço Nascente-Poente da *Rua do Almirante Pessanha*.

Do lado Norte da *Travessa da Cruz*, desde a entrada da *Rua da Oliveira*, até à *Travessa* que ia sair ao canto Sul-Poente do *Terreiro do Carmo* — *Travessa dos Poiais* existiam as dependências do Palácio dos Arronches; e da *Travessa dos Poiais* à outra *Travessa* — *Travessa do Sacramento* (actual *Calçada do Sacramento*) — que ia sair ao canto Sul-Nascente do referido *Terreiro*, perpendicularmente à passagem das *Escadinhas do Carmo*, havia três prédios pequenos, dos quais o primeiro pertencia, em 1755, a Tomaz da Silveira Albuquerque Mexia e o terceiro, a Sebastião Gonçalves da Silva (*Tombo*, de 1755).

A *Travessa dos Poiais*, que ligava o *Terreiro do Carmo* com a *Travessa do Monturo*, teve, no decorrer do Século XVII, variados nomes:

Segunda Travessa do Bairro do Marquês

Segunda Travessa que vai para a Portaria do Carmo—1650

(*Óbito de 13 de Julho*)

Travessa para o Bairro do Marquês — 1651 (Óbito, de 22 de Março)

Travessa do Bairro do Carmo — 1659 (Óbito)

Travessa dos Poiais — 1666

Travessa que vem para a Igreja — 1685 (Óbito, de 27 de Junho)

Todavia, o nome que se fixou definitivamente foi o de *Travessa dos Poiais*, e com ele chegou a estreita serventia até 1755. Nenhuma a representa no plano topográfico actual; cortava pelo meio esta Casa Pombalina, hoje enquadrada pelo *Largo do Carmo*, *Rua do Almirante Pessanha* (com seu cotovêlo em ângulo recto), e *Calçada do Sacramento*, tendo, sensivelmente, a orientação duma linha que, partindo da segunda janela do Prédio contada a partir da esquina N. W., o atravessasse, de lado a lado, no sentido S. E. . Media, pelo Sul, a largura de 24 1/2 palmos, e, pelo Norte, a de 21 1/2 palmos (*Tombo*, de 1755).

Do lado Nascente, nesta *Travessa dos Poiais*, além do pequeno prédio que tornejava para a *Travessa da Cruz*, havia outro, pertença de Tomaz da Silveira Albuquerque Mexia, em 1755; um terceiro, que pertencia, então, a D. Joaquina Teresa de Mendonça, e outro, ainda, que tornejava para o *Carmo*, propriedade nobre dos Silveiras.

Na casa dos Mendonças moravam, no princípio do Século XVIII, Bernardo de Mendonça, sua mulher D. Maria Josefa de Moura, e sua sogra, aqui falecida em 1731. O proprietário faleceu nela a 16 de Abril de 1732. Em 1736, tal casa pertencia a um Manuel Moreira de Morais (*Registos Paroquiais da Freguesia do Sacramento*).

O Adro da grande Igreja do Sacramento dava para a *Travessa da Cruz*, e ficava fronteiro à *Travessa dos Poiais*, no sítio onde anteriormente desembocava a serventia resultante da reunião do *Beco das Boninas* com o *das Salgadeiras*, que, vindos da *Rua Direita das Portas de Santa Catarina*, dobravam sobre si, antes de se fundirem.

PARÁGRAFO VII

Em que se trata da «Travessa do Sacramento» e do «Largo do Carmo».

A *Travessa do Carmo*, de 1652 (*Óbito*, de 17 de Março de 1652), ligava a *Rua Direita das Portas de Santa Catarina* com o *Terreiro do Carmo*, tal como hoje a sua representante e sucessora *Calçada do Sacramento* liga o *Chiado* ao *Largo do Carmo*. Fôra também designada por *Travessa do Bairro do Marquês*.

Media ao começar 19 palmos de largo; acima do ponto onde hoje fica a Igreja do Sacramento (isto é, na altura do canto S. E. da Casa Pombalina), 22 1/2; e, ao chegar ao *Terreiro do Carmo*, 15. Na sua extensão, tinha, sucessivamente, 12, 24 e 17 palmos (*Tombo*, de 1755). Como se vê, era irregularíssima. A noção dos alinhamentos só veio em 1755.

A *Travessa do Sacramento* dividia-se, no Século VXII e princípios do Século XVIII, por duas denominações.

Até à Igreja, chamava-se, comumente, *Travessa do Carmo* (1652 a 1722), ou *Travessa da Porta Principal da Igreja* (1715 a 1725).

Da Igreja para cima, teve variadíssimos nomes:

Travessa que vai para o Terreiro do Carmo — 1664

Travessa do Esteireiro — 1664 a 1671

Travessa do Bairro do Carmo para a Igreja — 1667

Travessa que vai para o Largo e Bairro do Carmo — 1671

Travessa que vai para o Carmo — 1674

Travessa do Barbosa — 1671 a 1695

O Esteireiro que lhe deu o nome chamava-se António Francisco e era casado com uma Guiomar da Silva, falecida em 1664; uma filha do casal faleceu a 11 de Setembro de 1669.

Em 1687 falecia aqui outro Esteireiro, Nicolau de Oliveira; mas, pela data, deve ter sido o primeiro o denominador.

Neste lanço da serventia morava gente miúda; em 1668, morre aqui Isabel Roiz, palmilhadeira (*Assento de Óbito*, de 27 de Abril de 1668).

O Barbosa que, seguidamente, nomeou a *Travessa*, é menos fácil de identificar; o apelido aparece pela primeira vez num *Assento de Óbito* de 19 de Novembro de 1671, e em 1680 é que aparecem as primeiras referências, no *Assento de Óbito* de um Domingos Barbosa, casado com Antónia da Costa, moradores nesta *Travessa*, junto à Igreja, e de um Lúcio Barbosa de Azevedo, morador, também, aqui, em casa de seu cunhado, o Capitão Gonçalo Correia, do qual foi testamenteiro seu irmão, o Licenciado Filipe Barbosa, Secretário do Santo Ofício (*Assentos de Óbito*, de 26 de Junho e 6 de Novembro de 1680). Este Capitão Gonçalo Correia morava defronte da Igreja e aí faleceu em 1701 (*Registos Paroquiais da Freguesia do Sacramento*).

Seria este Lúcio Barbosa o nomeador da *Travessa*?

Seja como fôr, moravam, ainda, na *Travessa do Barbosa*, e nela morreram, em 1674, o Dr. Francisco Gomes Caldeirão e Tomé Correia da Silva, casado com D. Madalena da Fonseca, tendo ele falecido a

17 de Junho de 1686, e ela, em 1695, registando-se, também, na Freguesia, o *Assento de Óbito* de uma sobrinha do casal, Catarina Correia, a 25 de Maio de 1675 (*Registos Paroquiais* citados).

É já no primeiro quartel do Século XVIII que o nome de *Travessa do Sacramento* começa a ser dado a esta serventia, em toda a sua extensão. Mais tarde, como adiante se verá, o nome de *Travessa do Sacramento ao Carmo* designará a serventia denominada *Rua do Almirante Pessanha*.

O *Terreiro do Carmo*, embora tivesse, aproximadamente, o mesmo comprimento do actual *Largo do Carmo*, não tinha mais do que metade da sua largura.

Na sua face Oriental ficavam o Convento, a Igreja das Carmelitas e as casas pegadas ao Palácio dos Valadares (antigo Paço dos Almirantes), com frente para a serventia que ia para as *Escadinhas*.

Na face Ocidental, os dois pequenos quarteirões cujas traseiras davam para a *Rua da Oliveira*, separados, a meio, pela *Travessa do Arco de D. Manuel*, que desembocava no *Terreiro*, mesmo em frente da porta principal do Templo Carmelita.

Na face Norte, existia o Palácio que foi dos Elvas, dos Mendes de Brito e dos Coutinhos.

Finalmente, na face Sul, a Casa Nobre dos Silveiras Albuquerque Mexias, de que adiante me ocuparei.

O local em questão foi, também, diversamente nomeado no decorrer dos Séculos:

Terreiro do Marquês — 1649

Terreiro do Bairro do Marquês — 1663

Largo do Marquês — 1671

Terreiro do Carmo — Princípios do Século XVIII

Adro do Carmo — Nalguns assentos paroquiais do princípio do Século XVIII.

Largo do Carmo — 1716

Esta designação de *Largo do Carmo*, aparecida em 1716, começa a fixar-se; depois, só em raras ocasiões reaparece o *Adro*. A nova sinónmia fixa-se, pois, quasi definitivamente.

Em 1787, já depois do Terramoto, aparecer-nos-á a *Praça do Carmo*; veremos então.

O dia da festa de Santo Alberto, a 7 de Agosto, era dia grande em todo o *Bairro do Carmo*. A relíquia do Santo, mergulhada na água que enchia talhas, quartas e potes, era depois distribulda ao povo, como febrífuga milagrosa. A distribuição desta água, primitivamente feita junto da capela de S. João Baptista, à entrada da porta principal

do lado direito do Templo do Carmo, passou a ser feita no *Adro do Carmo*, em virtude do pleito que ocasionou, estadeando-se no local uma verdadeira feira de vasilhas de barro...

«com a nova reliquia sacrossanta
banhada no cristal liquido e puro»

como diz Frei Estêvão de Santo Ângelo, no *Jardim Carmelitanô* (*Summário de vária História*, por Ribeiro Guimarães, Tomo IV, págs. 240-241).

PARÁGRAFO VIII

Do Palácio que constituía a face Sul do «Terreiro do Carmo».

O Palácio que constituía a face Sul do *Terreiro* tinha uma frente pequena. Ficava entre a *Travessa do Barbosa* e a *dos Poiais*, e pertencia aos Silveiras Albuquerque Mexias, descendentes dos Condes de Sortelha, por procederem de um D. Álvaro da Silveira (filho do 2.º Conde), Fronteiro em Tânger, e um dos cativos de Alcácer Quibir, e de sua mulher D. Brites Mexia, de Campo Maior, filha do Morgado Jerónimo Mexia, e de D. Francisca Tibau. Teve este D. Álvaro numerosa prole, mas veio a representá-lo o seu oitavo filho, D. Jerónimo da Silveira, fidalgo que serviu na Índia, onde casou, dizem uns com uma neta da famosa «Velha de Diu», e outros com D. Brites de Albuquerque, filha de Jorge de Albuquerque, General de Ceilão. — E d'aí, pode ser que fôsse com as duas. Os seus filhos chamaram-se «da Silveira e Albuquerque», o que é um argumento forte a favor de D. Brites. Albuquerque», o que é um argumento forte a favor de D. Brites.

D. António da Silveira e Albuquerque, o herdeiro, dizem os linhagistas ter sido «*fidalgão muito cortezão e entendido*»; veio para o reino, assentou aqui arraiais no *Carmo*, e casou com D. Catarina de Lima, filha do Morgado da Caparica, Álvaro Pires de Távora.

Foi pai de: D. Maria Vitória Caetana de Lima (que casou com o Senhor de Bayão, Cristóvão de Sousa Coutinho); e de D. Álvaro da Silveira, que j'ano meado do Século XVII habitava o Palácio.

A primeira mulher deste D. Álvaro, D. Brites Máxima de Távora; ou de Meneses, filha de D. Diogo de Meneses e de D. Maria de Oliveira, faleceu na Casa do *Adro do Carmo*, em 6 de Agosto de 1683.

A segunda consorte, D. Teresa de Bourbon, filha dos 2.ºs Condes de Avintes, teria, possivelmente, acompanhado o marido, nos seus Governos da Madeira e do Rio de Janeiro.

D. Álvaro da Silveira faleceu, também nesta Casa, a 7 de Setembro de 1716 (*Gazeta de Lisboa*, de 17 de Setembro de 1716).

António da Silveira e Albuquerque Mexia Tibau, filho herdeiro de D. Álvaro, Comendador de S. Martinho da Sortelha, e Capitão de um Regimento de Cavalaria da Corte, falecido a 15 de Junho de 1754 e sepultado em S. Domingos, casou, a 4 de Fevereiro de 1731, com D. Inez de Lancastre, filha do Senhor de Roriz e de Rezende, D. Luiz Inocência de Castro, Almirante do Reino (*Gazetas* de 3 de Novembro de 1729, e 8 de Fevereiro de 1731); e a 24 de Fevereiro do ano seguinte, casava sua irmã, D. Brites de Bourbon, com D. Luiz de Almeida, da Casa dos Condes de Avintes (*Gazeta*, de 28 de Fevereiro de 1732). D. Maria Francisca Xavier de Bourbon, outra filha de D. Álvaro, casou, a 10 de Junho de 1715, com António José de Miranda Henriques, viúvo de D. Helena Cristina de Rates.

Em 1755 era possuidor da Casa do *Carmo* o filho deste D. António, D. Tomaz da Silveira e Albuquerque Mexia Tibau, Tenente-Coronel de um dos Regimentos de Infantaria do Alentejo.

CAPÍTULO II

DEPOIS DO TERRAMOTO

Onde o autor, mercê da boa memória de seu Pai, e de não poucas horas de agradável bisbilhotice nos domínios do passado — em minuciosa perscrutação dos «Livros das Decimas» do «Tombo da Cidade» e estudo atento de papeis de família — diligência traçar a história do local e da Casa, desde o Ano de 1755 até os nossos dias.

PARÁGRAFO I

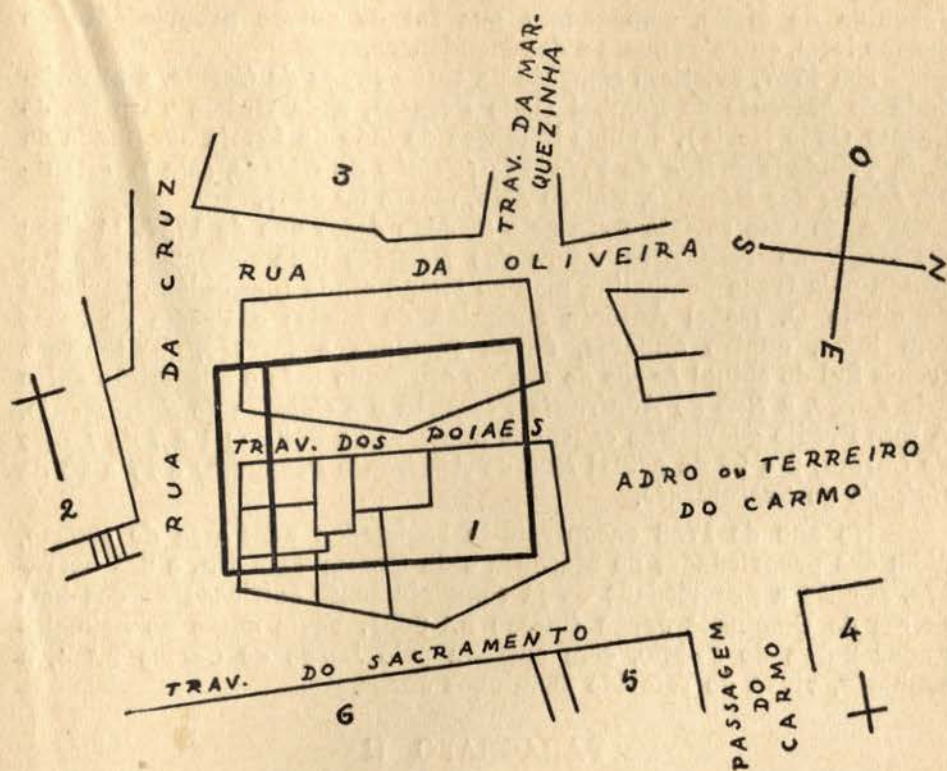
De um montão de ruínas a uma grande Casa pombalina.

Passara a hora tremenda!

O Terramoto de 1755, arruinara e fundira todas as propriedades situadas na actual *Calçada do Sacramento*; ruínas e barracas ladearam, durante anos, esta serventia, e só lentamente se ergueram as propriedades que hoje lá estão.

Pertenciam os chãos da frente Sul do *Largo do Carmo* ao herdeiro do Tenente-Coronel D. Tomaz da Silveira e Albuquerque Mexia Tibau, José Joaquim de Miranda Henriques Leitão Pereira de Melo da Silveira Albuquerque Mexia, que os arrematara em 1776. José Joaquim, Senhor de Carapito e de Codeceiro, Alcaide-Mór de Vilar

Maior e de Panoias, Comendador na Ordem de Cristo, Governador das Armas da Província do Minho, e Tenente-General dos Reais Exércitos, faleceu a 6 de Dezembro de 1792, tendo casado três vezes; de sua ter-



Extraída de O Carmo e a Trindade

J. de C. e S. del.

Planta do local, na primeira metade do Século XVIII (a traço fino).

Situação da Casa Pombalina (a traço grósso).

LEGENDA

- | | |
|----------------------------------|-------------------------------------|
| 1 — Casa dos Albuquerque Mexias | 4 — Igreja do Carmo |
| 2 — Igreja do SS. Sacramento | 5 — Casa de João da Costa Carneiro |
| 3 — Palácio dos Duques de Lafões | 6 — Palácio dos Condes de Valadares |

ceira mulher, D. Ana Joaquina de Lancastre, viúva do 3.º Conde da Ponte, teve um filho, António José de Miranda Henriques da Silveira e Albuquerque Mexia Leitão Pina e Melo, também Tenente-General, e

Visconde de Sousel por mercê d'El-rei D. João VI, a 17 de Dezembro de 1811.

Chão e ruínas do velho Palácio do *Carmo* mudaram de dono no tempo de José Joaquim; arrematou-os, em praça, D. Izabel Antónia Joaquina de Mello, compradora que foi de outras propriedades no mesmo local, entre as quais a dos Mendonças.

Em 1787, existiam sômente na então *Praça do Carmo*, a propriedade do Marquês de Pombal (lado Poente), a da Ordem Terceira do Carmo (lado Norte), e umas barracas do lado da Igreja arruinada da S. S. Trindade — *Rua da Trindade (Tombo da Cidade, sala L, estante 12, Livros das Décimas, Bairro Alto, masso n.º 965)*.

Após uma revista feita pelo S. João desse ano de 1787, já ficou registada no respectivo *Livro das Décimas* uma propriedade construída pela traça pombalina mas ao tempo ainda incompleta, pertença da citada D. Izabel Antónia Joaquina de Mello: o Prédio de casas com lojas, quatro andares, águas furtadas e terraço, que limita a frente Sul do actual *Largo do Carmo* ocupando todo o quarteirão entre este *Largo*, a *Rua do Almirante Pessanha* e a *Calçada do Sacramento*. A este Prédio quarteirão cabem os números de Polícia: 1 a 7 do *Largo do Carmo*; 2 a 22 da actual *Rua do Almirante Pessanha*; e 17 a 23 da *Calçada do Sacramento*.

No ano de 1788 encontram-se registadas na *Praça do Carmo*, além das propriedades do Marquez e da Ordem Terceira, e das barracas, apenas a propriedade — já completamente edificada — dos herdeiros de Domingos Jorge (masso n.º 966). Vivia então no primeiro andar nobre do Prédio, com entrada pelo *Largo do Carmo* n.º 4, a senhoria, viúva do referido Domingos Jorge.

PARÁGRAFO II

Relação dos senhores da Casa, desde o Ano de 1792 até o de 1946.

Em 1792, a propriedade pertencia a Domingos Gomes Loureiro, acreditado negociante de Lisboa, herdeiro de Domingos Jorge e de sua mulher, e em sua posse se conservou até ao ano de 1831. Por notável coincidência, era Domingos Gomes Loureiro parente dos actuais proprietários.

Nos anos de 1832 e 1833 figura como proprietária do Prédio D. Ana Izabel Joaquina Loureiro (masso n.º 982), viúva de Domingos Gomes Loureiro.

Param os *Livros das Décimas* no ano de 1833.

Por morte de D. Ana Izabel Joaquina, ficou o Prédio pertencendo

a seu filho José Jorge Loureiro, que foi Marechal de Campo, do Conselho de S. M. F., Conselheiro de Estado, Presidente do Conselho de Ministros e 1.º Ajudante de Campo de El-Rei Dom Pedro V; nasceu em Lisboa, a 23 de Abril de 1791 e faleceu, na mesma Cidade, a 1 de Junho de 1861, sem testamento ou qualquer outra disposição.



A Casa Pombalina (Fachada)

Na qualidade de Cabeça de Casal, requereu então o inventário e partilha de bens Francisco Gomes Loureiro, de Lisboa, sobrinho do falecido Marechal. Foi Procurador do Inventariante, António José Lopes Tendo o requerimento sido deferido, por despacho de 31 de Março de 1865, o respectivo *Auto de Juramento* foi lavrado aos 24 de Maio do mesmo ano, na Cidade de Lisboa, no Tribunal instalado no edifício do extinto Convento da Boa Hora, onde se achava o Dr. José Maria d'Almeida Teixeira de Queirós, Juiz de Direito da 1.ª Vara (pai de

Eça de Queirós). Surgiram como herdeiros de José Jorge Loureiro sua irmã D. Adelaide Loureiro e seus sobrinhos D. Henriqueta Loureiro (casada com o Conselheiro Joaquim José da Costa e Simas), Domingos Jorge Loureiro, Francisco Gomes Loureiro, D. Júlia Loureiro, Ernesto Loureiro e Ricardo Loureiro (filhos menores e representantes do falecido António Gomes Loureiro), e Jorge Loureiro (casado com D. Maria José de Mendonça, filho e representante de João Loureiro). Ernesto e Ricardo Loureiro foram mais tarde emancipados.

A fls. 25 v. dos Autos, encontra-se a «Verba de Descrição N.º 9», referente a este Prédio: «Uma outra propriedade de Cazas que consta de quatro frentes, de lojas e quatro andares, e tem os numeros de policia pela rua e Calçada do Sacramento dezesete a trinta e tres, por onde tem sobre lojas; e pelo lado do digo pelo largo do Carmo tem de um a oito, e pela travessa do Carmo as duas frentes de numero dois a vinte dois (...) e é tudo de que consta esta propriedade a qual soma o seu rendimento total a quantia du (sic.) um conto quatro digo um conto quinhentos cincoenta e dois mil e quatro centos reis a qual sendo bem vista e examinada pelos respectivos louvados (¹) tendo em attenção o seu rendimento, o seu local, e a ser livre de pensão e o estado actual da referida propriedade pelos concertos percizos (sic.) a avaliação na quantia de vinte seis contos de reis como consta da avaliação que se acha junta ao respectivo appenso e com cuja quantia à margem se sai =

(Continua)

(¹) N. do A. — Foram eles: José António de Macedo e Manuel José Ferreira.

1.^a Conferência Bienal dos AMIGOS DE LISBOA

Don Affonso Henriques e a Nossa Senhora da Enfermaria

tese apresentada pelo Prot. COSTA-SACADURA

No seu famoso livro «*Lisboa Antiga*», fonte preciosa de consulta para quantos queiram indagar de antigualhas desta linda cidade em que vivemos, assinala o ilustre escritor Júlio de Castilho este dia 25 de Outubro, que hoje passa, dia de gala para a Igreja Católica, como de gala o é também para todos nós. Fôra o dia escolhido pelo Monarca para a sua entrada solene e triunfal na que viria a ser a capital do Reino. E acrescenta estes tópicos interessantes, que vem muito a propósito recordar:

«Nos templozinhos provisórios de S. Vicente, a Leste, e de N. Senhora dos Mártires, a Oeste, celebrou-se, com a possível pompa, a festa de S. Crispim e S. Crispiniano, irmãos romanos martirizados em Soissons, no ano 300, heróicos defensores da Fé. Acabada a festa dos altares, seguiu-se a da cidade cristã.

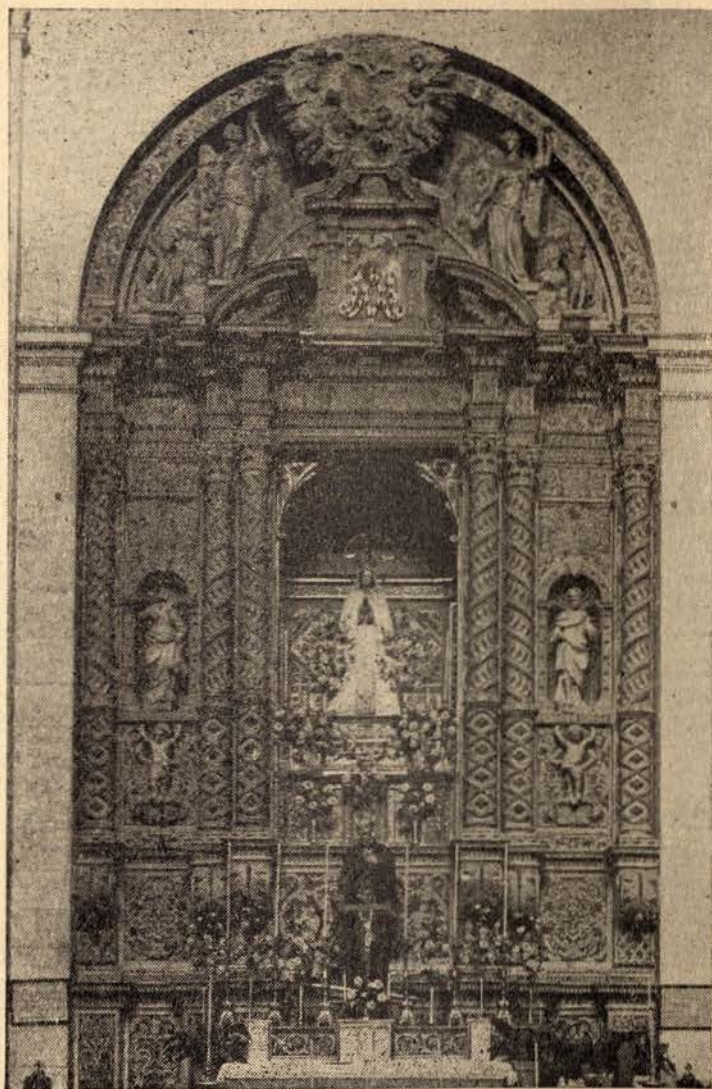
«Desde a manhãzinha do dia 25, sábado, começara a saída obrigatória dos Moiros para fora das muralhas. Por três portas ao mesmo tempo, e durante cinco dias a fio, até quarta-feira 29, foram desfilando, acabrunhados de dor, e em lágrimas, aqueles espoliados.

«Era uma turba interminável. Parecia — observava o cruzado inglês — que a Espanha inteira se achava contida na apertada Lissibóna.



Antes de irmos adiante, é preciso saber-se duma tradição, que nos conservou o laborioso D. Nicolau de Santa Maria, na «Crónica dos Cónegos Regrantés». É esta:

«Junto de cada arraial fizera El-Rei uma espécie de hospital-barraca, para os feridos, uma enfermaria em tenda de campo, com seu altar ao tópo, como se usa ainda em muita parte, onde se pôs uma imagem da Santíssima Virgem da Conceição, lavrada em pedra de Ançã, e que El-Rei trazia sempre consigo. Ficou-se-lhe chamando, desde que foi presidir aos feridos, Nossa Senhora da Enfermaria, e era imagem muito milagrosa, a crermos (como devemos) memórias antigas do Mosteiro de S. Vicente.



*Altar de Nossa Senhora da Enfermaria na Igreja de
S. Vicente de Fóra*

(Foto Portugal)

«Encontra-se vestígio inequívoco deste sagrado simulacro em palavras de uma bula pontifícia, passada pelo Santo Padre Pio IV a El-Rei D. Sebastião, em 1561. Aí se lê:

«... Outrora, enquanto... Afonso Primeiro, Rei de Portugal, cercava a cidade de Lisboa, occupada dos Sarracenos, construiu e fundou uma capela denominada com a invocação da Bemaventurada Mãe de Deus e sempre Virgem Maria, da Enfermaria, fora dos muros antigos da dita cidade, em favor dos fiéis que no referido cêrco e assalto da dita cidade eram feridos ou por qualquer outro modo adoeciam, e para a qual capela eram levados para tratamento ou para a sepultura.

Fr. Agostinho de Santa Maria, no seu «Santuário Mariano — Lisboa, 1707», assim nos diz: «Conquistada pelo nosso invitíssimo Rey Dom Affonso Henriques a Villa de Santarem... deu princípio ao cerco da cidade de Lisboa... escolhendo para si, & para o seu exército o sítio Oriental da Cidade, aonde hoje vemos o Convento de Sam Vicente, para nelle assentar o seu arrayal; deixando aos Estrangeiros no opposto da parte do Occidente, onde hoje está a Igreja de Nossa Senhora dos Martyres, & o Convento de Sam Francisco.

... ..
... «Attendendo o piadoso Rey que os cavalleiros que davam a vida em tam santa guerra, se lhe deviam muyto honrosos sepulchros, ordenou se assinassem alguns lugares sagrados para este ministerio. E communicando estes seus intentos com o Arcebispo de Braga, D. Joam Peculiar, lhe fez sagrar dous; o primeiro, o da parte Oriental, para enterro dos Portugueses; & o segundo para os Estrangeiros em a parte Occidental. Sagrados estes dous lugares, fez o Santo Rey voto de edificar nelles dous Conventos para Religiosos, se Deos o ajudasse, & lhe desse bom successo contra seus inimigos.»

«Escorraçada a moirama infiel dessa mesma capela de Nossa Senhora da Enfermaria, é que saíu neste dia memorável, 25 de outubro de 1147, a caminho de Lissibona, pelos turtuosos matagais da Alfungera, direita às portas do sol, uma solenissima procissão comemorativa, em que hia El-Rei com todos os grandes, e tôdo o pôvo, e os colonenses, bretões, flandrenses, aquitanos, normandos, e portugaleses; verdadeiro triumpho capitulino das nossas armas, manifestação comovente da acção de graças.

«Ordenou El-Rei que esta procissão fôsse finalizar na Sé, a antiga Mesquita maior já purificada e que dedicou a Nossa Senhora, restituindo ao Bispo (como Sé que havia sido no tempo dos Godos), nomeado Bispo della a D. Gilberto, inglês de nação, sojeito de grandes virtudes e letras, & parente dos principais Senhores da Armada; mos-

trando nesta nomeação quam gratos lhe forão os serviços, que nesta ocasião lhe havião feito na tomada de Lisboa.

«El-Rei cumpriu o seu voto; mandou abrir os alicerces da Casa, & Convento de Nossa Senhora da Enfermaria, & S. Vicente Martyr; lavrar as primeiras pedras, que se havião de lançar nos alicerces; & bentas na fórmula, q̄ o ordena a Igreja, foy ElRey acompanhado de todos os Prelados, & Senhores com grande jubilo, & alegria de todos, os que assistirão a esta solemnidade, ao lugar do Cemitério do seu arrayal, & lançou a primeira pedra naquella paragem,....».

«... Postas as obras dos dous Conventos em termos que se podião habitar, determinou ElRey, que se elegessem Religiosos, ou Clerigos de santa vida para nelles louvarem a Nosso Senhor, & celebrarem os divinos officios.

«... Nesta nova Igreja começou a ser venerada, & servida a Santa Imagem da Senhora da Enfermaria, que he de grande fermosura, & magestade: he de pedra de ançan, & terá cinco palmos; está collocada hoje em a Capella do cruzeiro da parte do Euangelho, & alli he muyto venerada de todos, os que conhecem a sua antiguidade, & as maravilhas, que obrava em outros tempos. Com ella tinha muyto cordial devoção ElRey D. Affonso Henriques; & por isso a trazia sempre em sua companhia, & principalmente nas ocasiões de mayor perigo, para que a Senhora o livrasse, & aos seus de todos os inimigos.»

Ao que parece, esta Senhora da Enfermaria foi oferecida ao «Conquistador» pelos cruzados ingleses que vieram ajudar o nosso primeiro Rei na conquista dos Lusitanos, e começou a surgir então entre nós a glória da Virgem de Nossa Senhora da Conceição.

Com efeito, foi em Inglaterra que a Conceição de Nossa Senhora começou a ser venerada e foi da Grã Bretanha que ela passou à Igreja Católica de todo o mundo.

Segundo uma linda, formosa e antiquíssima lenda, Guilherme-o-Conquistador, uma vez senhor da Inglaterra, mandou o monge Elsino, abade de Ramsay, da diocese de Worcester, negociar uma aliança com o Rei da Dinamarca. No regresso, o navio foi assaltado por violenta tempestade, no meio da qual o monge recorreu à Virgem Santíssima. Apareceu-lhe então um misterioso Bispo, que lhe disse: — «Eu sou mensageiro da Rainha do Céu. Se queres voltar à Pátria, promete-me solenizar todos os anos o dia da Conceição da Mãe de Jesus». Elsino apenas perguntou à celeste e misteriosa aparição em que dia devia celebrar a festa e que officio devia cantar. A resposta foi que o dia da Conceição da Virgem era o VI dos Idos de Dezembro (8 de Dezembro) e, quanto ao officio, bastava apropriar o officio da Natividade de Maria, substituindo a palavra *Nativitas* pela palavra *Conceptio*.

Logo que regressou a Inglaterra, o abade de Ramsay instituiu a festa no seu mosteiro (1080-1087), não tardando que outros prelados lhe seguissem o exemplo.

Entre os devotos propagandistas da festa da Nossa Senhora da Conceição, devem citar-se Anselmo, abade de Santo Edmundo; Osberto de Clara, prior de Westminster; Gilberto, bispo de Londres; Hugo, abade de Reading; Warino, deão de Worcester; Eadmer, monge de Cantuária.

De entre todos, o mais entusiasta é, sem dúvida, Osberto de Clara, cujos escritos datam de 1128-1129. Segundo o seu testemunho, já no começo do século XII a nova festa era celebrada, não só em Inglaterra, mas em regiões de Além-Mar. Na «Infância de N. S. Jesus Cristo e Vida da Virgem Maria», pelo P.^o Alves Têrças, Lisboa, 1938, pág. 31, leio que a festa de N. S. da Conceição foi instituída em Inglaterra por Santo Anselmo, quando arcebispo de Cantuária (1070).

E assim parece que o culto de N. S.^a da Conceição nos veio da nossa velha aliada, a Inglaterra. Todavia, outros dizem que veio indirectamente da França, visto que o documento mais antigo da instituição da festa em Portugal é a Constituição do Bispo de Coimbra, D. Raimundo Everard, datada de 17 de Outubro de 1320, Bispo de origem francesa.

Seja porém como for, é certo que Nossa Senhora da Conceição, que fôra mais tarde da devoção de Nuno Alvares Pereira e que D. João IV proclamou depois Padroeira do Reino (não voltando desde então os monarcas portugueses a pôrem a coroa na cabeça) teve a sua primeira festa por portugueses sob a invocação de Nossa Senhora da Enfermaria, logo após a tomada de Lisboa por D. Afonso Henriques.

Outubro de 1945

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Júlio de Castilho — *Lisboa Antiga*

Fr. António Brandão — *Terceira Parte da Monarquia Lusitana*

Jorge Cardoso — *Agiológico Lusitano*

Fr. Agostinho de Santa Maria — *Santuário Mariano*

P.^o Miguel de Oliveira e P.^o Moreira das Neves — *A Padroeira de Portugal*

Pedro de Alferrara — *O Culto da Padroeira* (no jornal «Domingo»)

P.^o J. Alves Têrças — «*Na Infância de N. S. J. Cristo e Vida da Virgem Maria*

J. d'Oliveira Guimarães (Abade de Tagilde) — *Guimarães e Santa Maria* — Porto, 1940

Superpopulação de Lisboa

tese apresentada pelo General RAUL ESTEVES

A superpopulação de Lisboa, verificada em todos os aspectos da actual vida citadina, e comprovada nas últimas estatísticas publicadas, representa indubitavelmente o principal factor que tem concorrido para as deploráveis condições morais e materiais com que hoje decorre a vida da população normal da cidade, especialmente nas classes média e inferior.

Mais de metade da população de Lisboa é hoje constituída por provincianos, e não é razoável admitir que todos eles sejam chamados à capital por interesses verdadeiramente nacionais.

O extraordinário desenvolvimento de uma burocracia central, de múltiplos e variados ramos, mais ou menos operosos; a excessiva concentração em Lisboa de muitos e diversos estabelecimentos oficiais de ensino, de assistência, e outros para os quais não se justifica necessariamente que tenham a sua sede na capital, tudo são elementos que têm concorrido poderosamente para que para esta cidade se tenham vindo transferindo numerosos elementos cuja actividade poderia muito mais proficuamente ser exercida noutros locais do País.

Por outro lado, a vida nas povoações da província está muito longe de assumir aquele mediano grau de civilização que, na época presente, devem apresentar os países que se pretendem classificar de civilizados.

Nem outra pode ser a consequência lógica do abandono daquelas terras pelos seus naturais que, dispondo de certos meios de fortuna ou disfrutando uma certa capacidade profissional, vêm gozar os seus rendimentos ou exercer a sua actividade na plectórica cidade de Lisboa.

Assim, na orientação seguida, é natural que o resultado obtido seja, como se está vendo, o de uma enorme metrópole de funcionários, que governa, através de atribuladas condições de vida, um país povoado principalmente por aldeias, mais ou menos vastas, onde a civilização não progride.

E, por um critério verdadeiramente paradoxal, estamos vendo constituírem-se em Lisboa, numerosos centros regionais, cuja actividade mais logicamente se deveria exercer nas suas terras natais, contribuindo vantajosamente para animar o progresso e a vida social nessas terras.

Creemos, portanto, que algumas providências se poderiam preconizar em tese, para remediar esta situação, e entre elas tomamos a liberdade de apresentar as seguintes:

1.^a

Deveriam ser transferidas para fora de Lisboa todas aquelas instituições que mais razoavelmente possam ter a sua sede num meio menos populoso, ou mais em contacto com a vida agrícola.

2.^a

Devem ser colocados em locais apropriados na província, onde, por certo, encontrarão melhores condições de subsistir, os estabelecimentos de assistência destinados a certos tratamentos clínicos ou a albergar indivíduos inválidos ou desprovidos de meios.

3.^a

Não deve ser permitida a instalação em Lisboa de explorações montadas para obter rendimento por meio da apresentação de cegos, aleijados e outros pedintes que afluem em massa de todas as terras da província.

4.^a

Todos os indivíduos que, abandonando as suas terras natais, venham exercer em Lisboa uma actividade profissional que não seja exigida por um serviço público, por qualquer capacidade técnica ou científica especial, ou pelas necessidades de uma indústria, deverão pagar às municipalidades de onde são naturais um imposto de compensação destinado a melhoramentos no respectivo concelho.

5.^a

Deverá fazer-se uma intensa propaganda no sentido de incutir às populações das diversas regiões do País o verdadeiro amor pelas suas terras natais, contribuindo com o seu esforço e com a sua carinhosa presença para as fazerem progredir e alcançar os melhoramentos e grau de civilização a que também têm direito.

6.^a

Promover que de futuro a municipalidade de Lisboa seja constituída, como é natural, por lisboetas que tenham pela sua terra natal o verdadeiro affecto, de que ela tanto carece para readquirir as suas normais condições de vida e de civilização.

Jardins especiais de Lisboa: Infantis, operários e dos cemitérios

tese apresentada pelo Dr. MANUEL VICENTE MOREIRA

Em Lisboa, deveriam existir parques urbanos e sub-urbanos ligados entre si por caminhos arborizados, reservados aos peões, que os ingleses designam por «*parkways*». A circunstância da cidade ter apenas um terço da sua área urbanizada permite ainda essa criação de alamedas.

Além destas, poderíamos considerar os jardins relativamente às estações do ano, ou às espécies de flora cultivada. Entre estas, nota-se o jardim *colonial* de Belém, os jardins *botânicos*, como o da Ajuda (revelador do cuidado esclarecido do prof. Navarro) e o da Politécnica, descritos proficientemente pelos profs. Palhinha e Caldeira; o Zoo, amorosamente trabalhado pelo espírito viajado do prof. Emídio da Silva. Mereciam exame, também, *outros* recintos particulares: o parque Palmela, o do Palácio Fronteira, estudado pelo distinto colega Cassiano Neves, ect. Poder-se-ia admirar durante a sua visita a arte da jardinagem em correlação com as civilizações e épocas que representam. Falece-nos, porém, a competência e o tempo para apreciar os parques sobre esses aspectos. Tudo está dito sobre os encantos que oferecem as plantas ornamentais e bem assim o panegírico das árvores frutíferas. Limitar-me-ei apenas a breves notas sobre os jardins especialmente destinados à *infância*, aos *operários*, e aos *cemitérios lisboetas*.



Trecho do Cemitério do Alto de S. João

A) JARDINS INFANTIS

Já em tempo ⁽¹⁾ a Junta de Educação Nacional, a Sociedade de Estudos Pedagógicos, a Sociedade Promotora da Educação Física Nacional se interessaram pelo aproveitamento dos espaços verdes existentes na educação da infância.

Não se referiram, porém, à zona oriental citadina, a não ser a respeito dos jardins da Graça e de Santa Clara. Para leste da área destes recintos não havia então outros jardins públicos.

Actualmente há na capital, como é notório, jardins destinados à *infância*, uns dependentes da Câmara Municipal (na Estrêla e no Campo Pequeno) outros, particulares, compreendendo a Escola João de Deus (que a competência do Dr. João de Deus Ramos orienta) e os parques infantis criados pela iniciativa da ilustre poetisa e organizadora Senhora D. Fernanda de Castro.

O primeiro situa-se na Estrela, os restantes nas Necessidades, em S. Pedro de Alcântara e no Campo 28 de Maio. São obras belas e úteis a aproveitar.

Deve mesmo generalizar-se a sua criação segundo orientação geral e distribuição racional e equitativa pelas maiores freguesias, não sendo justo esquecer a zona oriental, onde não existem, tendo nós planeado um em local apropriado. Por conseguinte, há vantagem em inventariar as obras existentes e auxiliá-las, sem duplicação de esforços. Devem-se, paralelamente, criar outros, onde faltam, seja directamente pelo município, seja indirectamente estimulando-se as tentativas particulares para a sua criação.

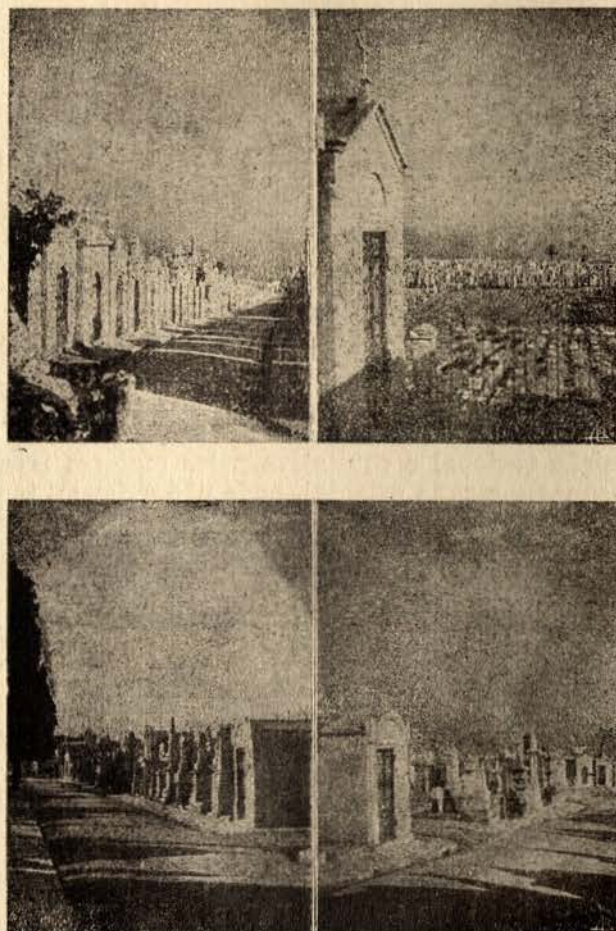
Quanto aos parques a criar convirá que sejam completados com amplos abrigos para os momentos de chuva, com capacidade médica correspondente ao número e idade dos seus frequentadores.

Além disso, será útil que tenham jogos e divertimentos adequados à idade dos mais novos e livros para os mais velhos, sendo de louvar as pequenas estantes já existentes.

Afigura-se-me que os novos jardins gerais beneficiariam se fossem dirigidos por pessoal habilitado com o curso de jardinagem, decretado pelo Ministro Carneiro Pacheco para a Escola Agrícola D. Diniz, a cargo da Junta da Província da Estremadura a cuja actividade preside o espírito sensato e experimentado do Coronel Linhares de Lima que tem impulsionado os serviços agrícolas. Quanto ao pessoal dos futuros jardins reservados às crianças haverá vantagem que possuam: a) diploma da Escola João de Deus ou conhecimentos equiva-

⁽¹⁾ In Pedro José Ferreira X Sessão da Associação Internacional da P. da Infância, 1931.

lentes; b) suficiente competência para seleccionar os casos suspeitos de doença contagiosa. Um distinto facultativo e funcionário camarário propôs o encerramento dos parques infantis alegando surgirem nesses



Trechos do Cemitério do Alto de S. João

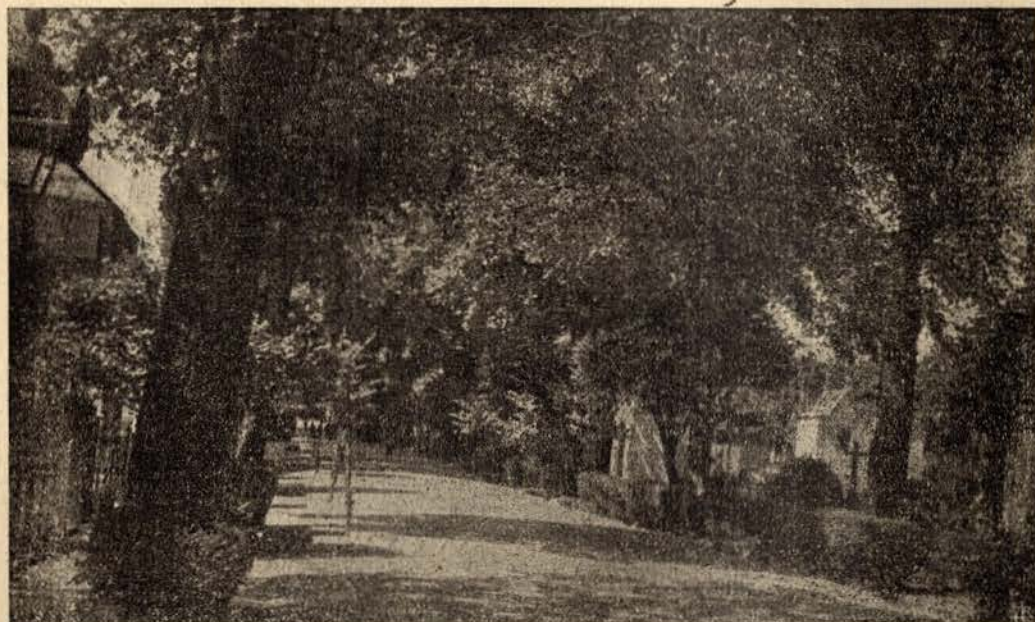
recintos casos de contágio. Porém, adviria daí a dificuldade em colocar as crianças durante o trabalho materno.

Sugiro, por isso, não o encerramento dos parques, mas que o respectivo pessoal seja suficientemente idóneo para impedir a entrada, ou afastar as crianças suspeitas de poderem causar epidemias.

B) JARDINS OPERÁRIOS

Nos congressos dos *jardins operários*, organizados pelo abade Lemire, demonstrou-se quanto contribuem para afastar da taberna e evitar a hipoalimentação.

«O meu jardim rendeu duas vezes o valor do aluguer, devido aos legumes colhidos, por um lado, e, por outro, em virtude dos



Cemitério do Prado do Repouso — Porto

copos que meu marido não bebeu» exclamava uma habitante de jardim operário.

Efectivamente, a mãe que chega tarde a casa, mal tem tempo de procurar os legumes enquanto que no seu quintal pode encontrá-los frescos. Posteriormente, o presidente do município de Estocolmo, Lindhagen, fez a apologia das cidades-jardins suecas, no Bol. de Higiene da Soc. das Nações. Segundo ele declarou os operários suecos só consideravam suas as residências quando cercadas de terreno.

Bem haja o governo pela criação desses bairros e que eles se multipliquem! Bendigamos ainda a Câmara pela distribuição aos pobres, embora provisoriamente, de espaços disponíveis para aquele fim!

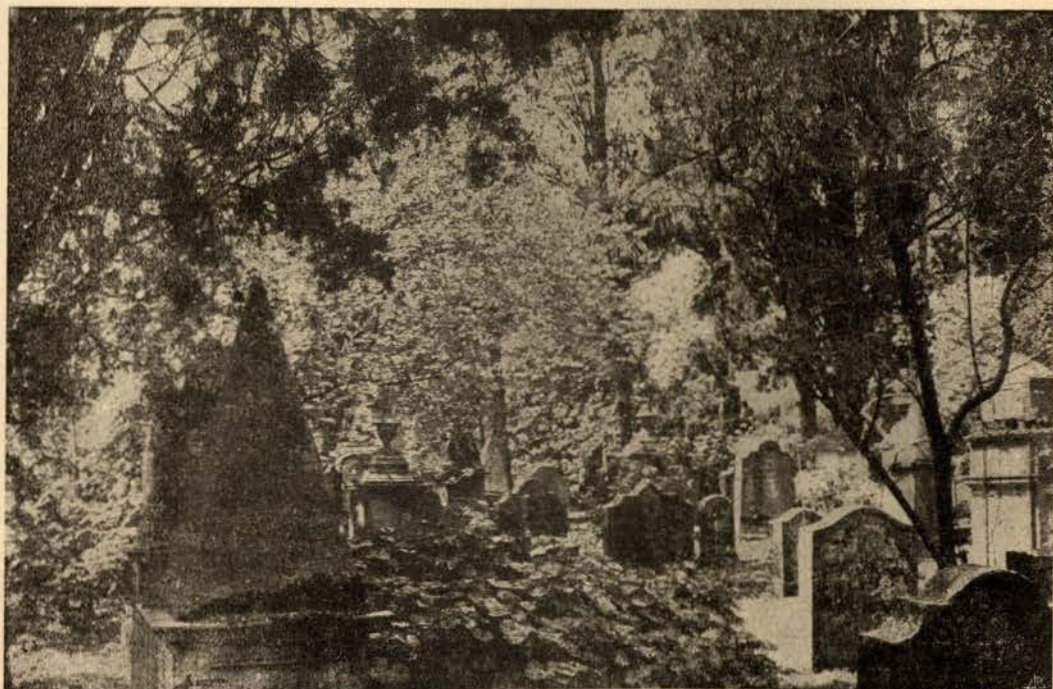
Assim se revive a salutar tradição das «hortas», permitindo a ocupação dos ócios dos humildes em contacto com a natureza.

Um alvitre: que a Câmara Municipal estabeleça prémios aos particulares que melhor cultivem jardins.

Porque não se abrem também concursos de janelas floridas?

Porque não se generaliza a colocação de verdura nos candieiros?

Eis uma nota de gosto frequente em Genebra e, entre nós, adoptada em boa hora, mas apenas na Baixa e fugazmente.



Cemitério inglês — Lisboa

JARDINS DE CEMITÉRIOS

Os cemitérios podiam ser jardins e tal acontece, por exemplo, no Prado do Repouso, do Pôrto, como se vê na foto junta. Será isso proveniente da concorrência entre a Câmara e as Irmandades na administração dos diversos talhões?

Se V. Ex.^{as} me acompanharem em peregrinação pelos cemitérios

dos Prazeres e Alto de S. João, notam que a luminosidade, já naturalmente excessiva na nossa Lisboa, se agrava ainda em face da pedra branca dos jazigos.

Cotejai agora com os aprazíveis, arborizados e verdejantes cemitérios das colónias alemã e inglesa de Lisboa, que as fotografias revelam. Que diferença! As obras de arte e a visão sobre o Tejo (magnífica nos cemitérios portugueses) nada perderão com o arvoredo e a fragrância das rosas.

Há quem proponha o acompanhamento dos enterros de chapéu na cabeça; eu lembro antes que se plantem árvores, muitas árvores copadas, simultaneamente com os esbeltos ciprestes existentes, a conservar e até a desenvolver, em virtude quer da sua beleza quer para constituírem renques próprios contra os ventos.

O malgrado Gomes de Amorim, confrontando Lisboa com Londres e Paris, concluiu ser inferior o número de espécies das capitais estrangeiras. Ora, havendo possibilidade de quinze espécies diferentes em Lisboa, para quê uniformizar a arborização?

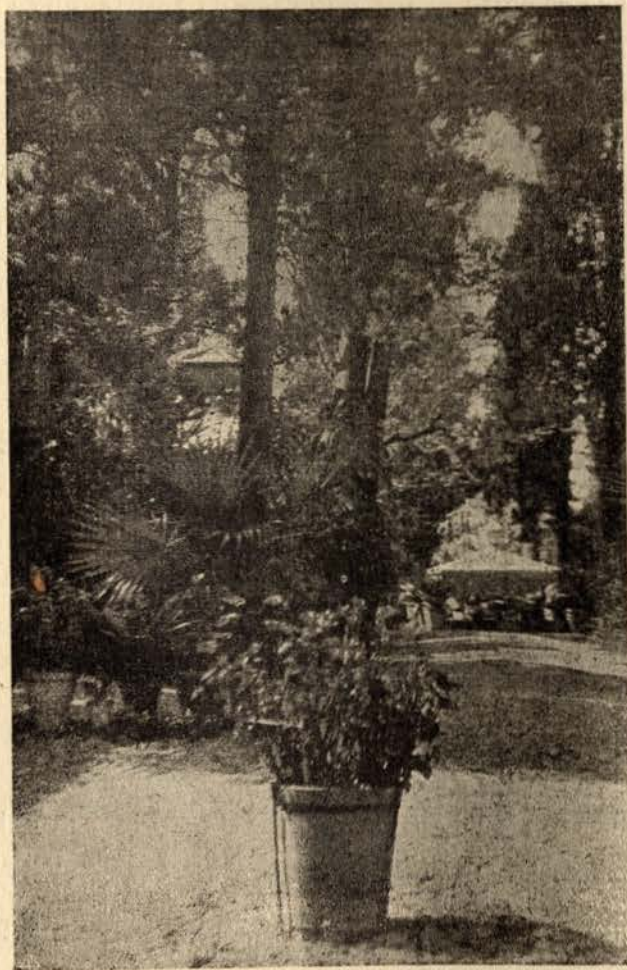
Porque não plantar tílias e jacarandás em maior número (só existem nas entradas dos Prazeres e Alto de S. João), olaias e sobretudo chorões, que Alfredo de Musset aspirava ter sobre o seu túmulo, como indica o epitáfio do Cemitério do Père Lachaise:

*Mes chers amis, quand je mourrai,
Plantez un saule au cimetière;
J'aime son feuillage éploré,
La paleur m'en est douce et chère,
Et son ombre sera légère
A la terre où je dormirai!*

Em conclusão:

- 1.º) que se estude um plano geral de parques infantis;
- 2.º) que na zona oriental de Lisboa se construam jardins de infância;
- 3.º) que estes recintos possuam abrigos tendo a capacidade médica para os seus frequentadores;
- 4.º) que o pessoal dos futuros parques gerais tenha frequentado o curso de jardinagem da Escola D. Dinis, ou que possua conhecimentos equiparáveis;
- 5.º) que nos jardins reservados às crianças o pessoal dirigente possua diploma da Escola João de Deus, ou conhecimentos equivalentes e que tenha rudimentares noções de profaxia;

- 6.º) que haja concursos de jardins particulares dos humildes (operários e não operários);
- 7.º) que se criem prémios para as mais belas janelas floridas;



Cemitério alemão — Lisboa

- 8.º) que se generalize a colocação de verdura nos candeeiros das ruas e praças públicas;
- 9.º) que os cemitérios tenham maior número de árvores, plantas e flores.

SOCIEDADE GERAL DE COMERCIO, INDUSTRIA E TRANSPORTES, L.^{DA}

BARREIRO

Agentes em Lisboa: Companhia União Fabril (Secção Marítima)

RUA DO COMERCIO, 39—Tel. 20512

— F R O T A —

| | | | |
|-------------------------|-----------|--------------------|-----------|
| n/m ÁFRICA OCIDENTAL | 1.504 T. | n/v LUSO | 10.125 T. |
| n/m ALEXANDRE SILVA | 3.110 T. | n/v MARIA AMÉLIA | 3.005 T. |
| n/v ALFERRAREDE | 2.118 T. | n/v MARIA CRISTINA | 5.580 T. |
| n/v AMARANTE | 12.595 T. | n/v MELLO | 6.253 T. |
| n/v COSTEIRO | 900 T. | n/v MIRANDELA | 7.900 T. |
| n/v COSTEIRO SEGUNDO | 490 T. | n/v MIRA TERRA | 600 T. |
| n/m COSTEIRO TERCEIRO | 1.426 T. | n/v PINHEL | 5.874 T. |
| n/v CUNENE | 9.800 T. | n/m SÃO MACÁRIO | 1.221 T. |
| n/v FOCA | 2.018 T. | n/v SAUDADE | 6.430 T. |
| n/v GAZA | 7.979 T. | n/v SILVA GOUVEIA | 1.353 T. |
| n/v INHAMBANE | 9.619 T. | n/v ZÉ MANEL | 1.220 T. |
| n/v MONCHIQUE, n/tanque | | | 7.800 T. |

TOTAL: 108.920 TONELADAS

REBOCADORES:

«ÁFRICA», «CINTRA», «ESTORIL», «GAROTA», «BOLHÃO», «ÓBIDOS», «FREIXO», «SÃO CRISTÓVÃO», «MAQUELA» e «CAROCHA».

21 Batelões (19 de 500 ton. e 2 de 250 ton.)

25 Fragatas (2.268 ton.)

1 Barca de água (250 ton.)

1 Draga «BARREIRO» com 5 Batelões de Dragadas com 80 m³ cada.

CARREIRAS DE LISBOA PARA

NORTE DE EUROPA — NORTE DE AFRICA — CABO VERDE — GUINE
— ANGOLA — ARGENTINA — CHILE — ESTADOS UNIDOS — TERRA
NOVA — GROENLANDIA e COSTA DE PORTUGAL

NAVIOS A CONSTRUIR PARA RENOVAÇÃO DA FROTA:

| | | |
|--------------|----------|------------|
| 4 navios com | 9.500 T. | Deadweight |
| 2 navios com | 9.100 T. | Deadweight |
| 4 navios com | 7.000 T. | Deadweight |
| 4 navios com | 3.800 T. | Deadweight |
| 6 navios com | 3.200 T. | Deadweight |

OCIDENTE

REVISTA MENSAL PORTUGUESA

Director: ÁLVARO PINTO

Preços das assinaturas, por ano
com direito aos números especiais:

Portugal, 120\$00; Brasil, 120\$00; Colónias
Portuguesas, 125\$00; Estrangeiro, \$7 (ch)

Rua do Salitre, 155 — Lisboa
PORTUGAL

Casa dos Panos

A PRIMEIRA CASA
DA ESPECIALIDADE

Sortimento completo em panos
brancos e de cor e em linhas
:::: de todas as larguras ::::

45, Rua dos Fanqueiros, 49
(à esquina da Rua de S. Julião)

Secção de Tipografia, Encaderna-
ção e Pautação. Trabalhos simples
e de luxo.

Papelaria Camões

DE
AUGUSTO, RODRIGUES & BRITO,
LIMITADA

Pincéis, telas e tintas de óleo, para
aguarela, desenho e guaches das
marcas: Lefranc, Windsor, Pelikan
e Schmincke.

42 — Praça Luís de Camões — 43
Telef. 23063 — LISBOA

EMPRESA NACIONAL DE APARELHAGEM ELÉCTRICA TEL. 62177-62178
AVENIDA 24 DE JULHO 138-13180A

LÂMPADAS

GERADORES



MOTORES ELÉCTRICOS — TRANSFORMADORES

Fábrica nacional

LUMIAR

ENAE

ADQUIRIR O NOSSO MATERIAL
É GARANTIA DE OBTER MATE-
RIAL DE QUALIDADE
SUPERIOR



AGENCIA BRITISH PAINTS

ALFREDO RODRIGUES
DOS SANTOS

Agentes exclusivos da

BRITISH PAINTS LTD.

A maior e mais moderna Fábrica
de tintas do Mundo

Consórcio das 6 melhores Fábricas
inglesas e mais 18 associadas em
todo o mundo

Av. da Liberdade, 69 — LISBOA

AGÊNCIA ELICE

DE

Alfredo Rodrigues dos Santos

EXPORTAÇÃO

IMPORTAÇÃO

COMÉRCIO

CORRECTOR DE SEGUROS

REPRESENTAÇÕES NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

Avenida da Liberdade, 69

Telefone 22119 — LISBOA

VINHO DO PORTO

« GRAHAM »

« Emperor »

« Five Crowns »

« Sixe Grapes »

« Imperial Dry »

— « Tawny » Velhíssimo

— Muito velho e sêco

— « Vintage » Velho do casco

— « Ruby » Leve



GUILHERME GRAHAM JNR. & C.^A

Rua dos Fanqueiros, 7

Lisboa Tel. 20066-9

Rua dos Clérigos, 6

Porto Tel 880-1

CIMENTO TEJO

CANTARIAS—MARMORES

ANTONIO MOREIRA RATO & F.^{os}, L.^{da}

Telefone 60879

Telegramas — RATOFILHOS

Avenida 24 de Julho, 74-F.

LISBOA

ANTIGA CASA FIGUEIREDO

FUNDADA EM 1864, NA RUA BELA DA RAINHA

HOJE, RUA DA PRATA, 215-217

EM LISBOA

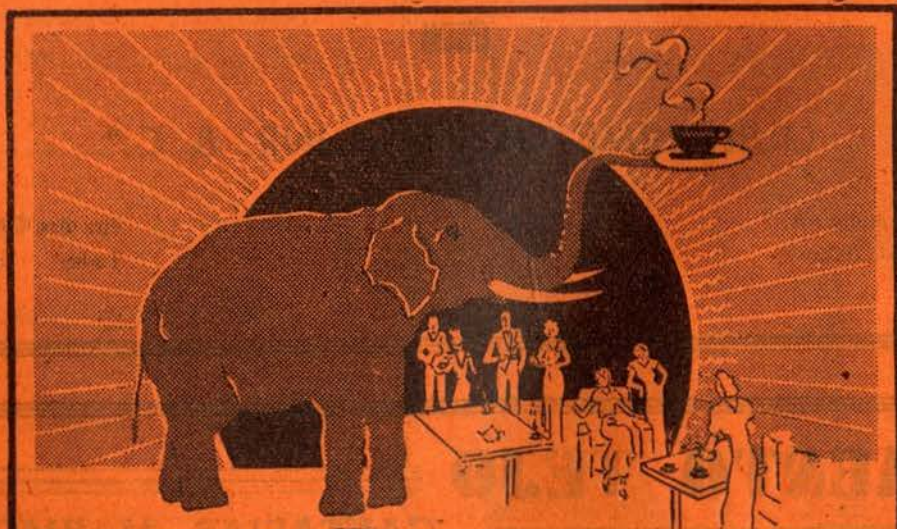
TELEFONE 27606

CASA ESPECIALIZADA NA FABRICAÇÃO DE:

COLCHÕES DE ARAME
COLCHÕES DE SUMAUMA DE JAVA
COLCHÕES DE Lã
COLCHÕES DE CRINA ANIMAL
COLCHÕES DE Lã E CRINA (MIXTOS)
COLCHÕES DE CORTIÇA
COLCHÕES DE FOLHELHO

SÔMENTE FABRICAÇÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE,
COM OS MELHORES PANOS PARA CAMAS DE
TODOS OS ESTILOS E DIMENSÕES

DIVANS—CAMAS—ALMOFADAS DE PENAS
SECÇÃO DE CAMPISMO: CAMAS, MESAS, CADEIRAS E
BANCOS ARTICULADOS — TENDAS — MOCHILAS — LAVATÓRIOS,
BALDES, BANHEIRAS E CHUVEIROS DE LONA — COLCHÕES POR-
TATEIS — SACOS DE DORMIR — BORNAIS — LANTERNAS—CANTIS
Facas de mato, talheres e todo o material portátil para praticar campismo



CHÁ CELESTE

preto e verde, uma delicia!

*La' diz
o rifão*

**«NÃO GARDES
PARA AMANHÃ
O QUE PODES
FAZER HOJE»**



**DECIDA-SE JÁ:
A COZINHA A GÁS É
CÔMODA E ASSEADA**

C. IAS R. DAS GÁS E ELECTRICIDADE

Ourivesaria da Guia

FUNDADA EM 1875

JOIAS — OURO — PRATAS — RELOGIOS

Rua Martim Moniz, 2-10 / Telefone 28336
Rua da Mouraria, 7-11 LISBOA

Bertrand (Irmãos), Lda

Fotogravura
Tipografia
Fotólito
Desenho

T. Condessa do Rio, 27 — Telef.-21368 2 122

A LOJA DO ARGO

que é uma Sapataria onde não se paga luxo e serve bem, concede ainda um desconto especial aos

AMIGOS DE LISBOA

Rua da Mouraria, 1
LISBOA — Telef. 2 9084

ESTORIL

COSTA DO SOL

A 23 QUILOMETROS DE LISBOA
EXCELENTE ESTRADA MARGINAL

Rápido serviço de comboios eléctricos —
Clima excepcional durante todo o ano

Todos os desportos: Golf, (15 buracos), Ténis, Hipismo, Natação, Esgrima, Tiro, etc.

Estoril-Palácio-Hotel: Moderno e elegante — Magnífica situação.

Hotel do Parque: Tendo o conforto — Anexo às termas.

Monte-Estoril-Hotel: (antigo Hotel de Itália) completamente modernizado.

Estoril-Termas: Estabelecimento Hidro-Mineral e Fisio-terápico.

Análises Clínicas — Ginástica Médica — Maçagens.

Tamariz: Magníficas esplanadas sobre o mar. Restaurante — Bar.

PISCINA de água tépida — SALA DE ARMAS
ESCOLA DE EQUITACÃO — «STANDS» DE TIRO

CASINO: Aberto todo o ano — Cinema —
Concertos — Festas — Dancing — Restaurante —
Bars — Jogos autorizados.

Informações: — Soc. Propaganda da Costa do Sol
ESTORIL

Feliciano José da Silva



Ourivesaria, Jóias
e Relojoaria



Rua Aurea, 163
LISBOA



Leilões de livros

Procure, para venda dos seus livros, a única forma de os colocar bem

ARNALDO HENRI-
QUES DE OLIVEIRA

Já fez 127 leilões

L. do Calhariz, 14
Telef. 2 8477

CAMISARIA
TUFÃO, L. DA
NOVIDADES PARA HOMENS

Rua Nova do Almada, 76
LISBOA // Tel. 2 1831

Miguel A. Fraga, L.da R. da Palma, 26-28 — LISBOA

Ourivesaria, relojoaria e joalheria

Grande sortido em MONOGRAMAS
Em ouro e prata para carteiras

Né sempre jóias em 2.ª mão

Tudo mais barato

Compra-se Ouro, Prata
e Brilhantes

Descontos especiais a todos
os «Amigos de Lisboa»

Especialidade em Anéis, Meda-
lhas, Alfinetes, etc., com retra-

Livraria Portugal

75, Rua do Carmo — Telef. 2 0791 — LISBOA

— Livros nacionais e estrangeiros —

Grandes sortidos das melhores edições inglesas e americanas, de Literatura, Estudo, Arte, História, Medicina, Economia, Direito, etc., etc.